RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

NOVA PALMA

Lei Municipal nº 1.596, de 11 de novembro de 2014

Período: 2015-2025

Nova Palma, 28 de agosto de 2026.

RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO GESTORA DO PME: (Portaria do Executivo Nº 8093/2026)

Fórum Municipal de Educação

Titular: Alexandra Pozzatti Marchesan

Suplente: Jucelaine Gardin Della Méa

Conselho Municipal de Educação

Titular: Marlene Bernadete Manfio Bortolin

Suplente: Daiani Lurdes Facco

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Daiane Fagan Rossato

Suplente: Alice Dutra Tagliapietra

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO 04
2 – PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PME 07
3 – RELAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AVALIADAS 10
3.1 – Bloco de Metas 10
4 – AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS 11
I – EDUCAÇÃO INFANTIL 11
II – ENSINO FUNDAMENTAL 17
III – ENSINO MÉDIO 24
IV – EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA 31
V – ALFABETIZAÇÃO 36
VI – TEMPO INTEGRAL 41
VII – APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA E IDEB 44
VIII – ESCOLARIDADE MÉDIA 57
IX – ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ANALFABETISMO FUNCIONAL 61
X – EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 64
XI – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 66
XII – GRADUAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS DE IDADE 69
XIII – TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 72
XIV – PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRE E DOUTORES) 73
XV – FORMAÇÃO DE PROFESSORES 76
XVI – FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES 80
XVII – VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR 83
XVIII – PLANO DE CARREIRA DOCENTE 86
XIX – GESTÃO DEMOCRÁTICA 88
XX – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO 91
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 96
6 – FONTE DE COMPROVAÇÃO DOS INDICADORES 101
7 – ANEXOS 102

1 - APRESENTAÇÃO

A definição de políticas educacionais para períodos de médio e longo prazo constitui importante instrumento para organizar prioridades, estabelecer compromissos e acompanhar as transformações ocorridas na realidade educacional. Em Nova Palma, esse planejamento contempla ações relacionadas à ampliação do acesso à educação, à permanência dos estudantes, à aprendizagem, à inclusão, à valorização dos profissionais e ao fortalecimento dos mecanismos de gestão e participação social.

Nesse contexto, o Plano Municipal de Educação (PME) 2015–2025 foi instituído pela Lei Municipal nº 1.596, de 11 de novembro de 2014, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias destinadas a orientar a política educacional do município durante o período de sua vigência. Elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), o documento definiu compromissos para as diferentes etapas e modalidades de ensino, considerando tanto as atribuições próprias do município quanto as responsabilidades compartilhadas com o Estado e a União. Posteriormente, sua vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025, por meio da Lei Ordinária nº 1.983/2024.

A construção de um planejamento decenal parte do reconhecimento da educação como direito fundamental e como dimensão essencial ao desenvolvimento humano e social. Ao estabelecer objetivos para um período mais amplo, o PME permite conferir continuidade às políticas públicas, acompanhar a evolução dos indicadores e adequar as ações às mudanças verificadas no contexto educacional e às necessidades apresentadas pela população.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Nova Palma possuía, em 2024, uma população de 5.683 habitantes. No campo educacional, dados do Censo Demográfico de 2022 indicam que a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos alcançou 99,2%, demonstrando ampla cobertura do atendimento escolar nessa faixa etária, embora o percentual ainda permaneça abaixo da universalização.

De acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes a 2025, a rede pública de ensino do município contabilizava 812 matrículas, distribuídas entre as redes municipal e estadual, com a atuação de 70 docentes. A estrutura pública de atendimento era composta por sete instituições de ensino, sendo três pertencentes à rede municipal e quatro à rede estadual, responsáveis pela oferta das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

Essas informações permitem uma caracterização inicial da realidade educacional de Nova Palma e servem de referência para a análise das metas, dos indicadores e das estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação. No decorrer deste relatório, os dados quantitativos serão examinados em articulação com as informações oficiais disponíveis, os registros das ações desenvolvidas durante a vigência do Plano e os apontamentos apresentados pelos profissionais envolvidos no monitoramento e na avaliação.

A avaliação do PME integra o próprio processo de planejamento das políticas públicas educacionais. Sua finalidade não se restringe à verificação formal da execução das metas e estratégias, mas envolve a análise da trajetória percorrida, dos resultados observados, das dificuldades encontradas e dos fatores que interferiram na implementação das ações previstas.

Nessa perspectiva, o presente Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Nova Palma tem como objetivo analisar a execução das metas, dos indicadores e das estratégias referentes ao período de 2015 a 2025. Para sua elaboração, foram considerados dados provenientes de fontes oficiais, documentos institucionais, registros administrativos, informações disponibilizadas pelos órgãos competentes e apontamentos relacionados às ações desenvolvidas no âmbito municipal.

O trabalho contou com a participação da Comissão Coordenadora e da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, responsáveis pela coleta, organização, sistematização e análise das informações utilizadas. A contribuição desses profissionais possibilita relacionar os indicadores quantitativos às características da realidade local e às condições em que as políticas e ações educacionais foram implementadas.

As análises reunidas neste documento possuem também uma perspectiva de continuidade. Além de registrar o percurso do PME 2015–2025, os resultados encontrados poderão subsidiar as próximas etapas do planejamento educacional, contribuindo para a identificação das demandas que permanecem, das ações que necessitam continuidade e das prioridades a serem consideradas na formulação do novo Plano Municipal de Educação para o decênio 2026–2036.

O encerramento de um ciclo de planejamento, portanto, não representa o encerramento dos compromissos assumidos com a educação. Ao contrário, possibilita revisar objetivos, reconhecer políticas que produziram resultados, identificar aspectos que ainda necessitam de intervenção e adequar as ações às novas condições sociais e educacionais. Nesse processo, a participação dos gestores, profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos

e demais segmentos da sociedade constitui elemento relevante para a construção e o acompanhamento das políticas públicas.

Dessa forma, a avaliação do Plano Municipal de Educação de Nova Palma constitui um registro do período de vigência do PME e, simultaneamente, um instrumento de diagnóstico para os próximos anos, oferecendo elementos para a continuidade do planejamento e para o desenvolvimento de políticas voltadas à garantia do acesso, da permanência, da inclusão, da aprendizagem e da qualidade da educação oferecida à população.

2 - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PME

A avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Nova Palma foi desenvolvida a partir da análise das metas, dos indicadores e das estratégias estabelecidos para o período de 2015 a 2025, sob a coordenação da Comissão Gestora Municipal do PME. A composição dessa instância foi formalizada pela Portaria do Executivo nº 8.093/2026, responsável pela nomeação dos membros encarregados de organizar e coordenar as etapas do processo de avaliação do Plano Municipal de Educação.

O trabalho teve como ponto de partida a organização das informações necessárias à verificação dos resultados alcançados durante a vigência do Plano. Para isso, foram reunidos dados estatísticos, indicadores educacionais, documentos institucionais, registros administrativos e informações referentes às ações desenvolvidas no município, compondo a base utilizada para a análise da trajetória das políticas educacionais no período avaliado.

A leitura das metas considerou inicialmente os indicadores quantitativos disponíveis e sua relação com os objetivos e prazos definidos no PME. Sempre que as informações permitiram, foram examinadas séries históricas e referências oficiais, possibilitando acompanhar a evolução dos resultados, verificar o atendimento aos percentuais estabelecidos e identificar situações em que ainda permanecem diferenças em relação aos objetivos previstos.

Para subsidiar a avaliação, foram utilizadas informações provenientes de bases e sistemas oficiais de acompanhamento da educação e de dados populacionais, complementadas por registros produzidos no âmbito da administração municipal. A consulta a diferentes fontes decorre da própria abrangência do PME, cujas metas envolvem acesso, permanência e aprendizagem na Educação Básica, Educação Especial, formação e valorização dos profissionais da educação, gestão democrática, financiamento e níveis ou modalidades cuja oferta não se encontra diretamente sob responsabilidade municipal.

Além dos indicadores, foram examinadas as estratégias previstas para o alcance de cada meta. A análise considerou as ações realizadas durante a vigência do Plano, aquelas que permanecem em desenvolvimento e as situações em que não houve execução ou em que determinada estratégia não se aplica à realidade municipal. Os registros apresentados pela equipe responsável pelo monitoramento foram incorporados à avaliação, permitindo relacionar as informações quantitativas às condições concretas de implementação das políticas educacionais em Nova Palma.

A disponibilidade e a abrangência dos dados também foram consideradas ao longo do processo. Nem todos os indicadores previstos no PME possuem informações municipais atualizadas ou apresentam a mesma periodicidade, metodologia e nível de desagregação. Em determinadas situações, portanto, não é possível aferir diretamente o alcance dos objetivos estabelecidos. Nesses casos, são utilizadas as informações oficiais disponíveis para contextualização, com a devida indicação das limitações existentes e sem atribuir ao município resultados que não possam ser demonstrados pelos dados analisados.

Outro aspecto observado refere-se às diferentes responsabilidades envolvidas na execução do Plano. Embora o PME contemple políticas educacionais que repercutem sobre todo o território municipal, nem todas as metas e estratégias dependem diretamente da atuação do poder público local. Determinados objetivos estão vinculados prioritariamente às atribuições do Estado ou da União, enquanto outros envolvem Instituições de Ensino Superior, diferentes órgãos públicos ou ações desenvolvidas em regime de colaboração. A análise procura, dessa forma, distinguir as responsabilidades municipais das iniciativas que dependem de articulação institucional, adesão a programas ou políticas conduzidas por outras esferas de governo.

Da mesma forma, a classificação das estratégias como executadas, em execução, não executadas ou não aplicáveis é considerada em conjunto com os demais elementos da avaliação. O registro da realização de determinada ação não significa, isoladamente, que a respectiva meta tenha sido alcançada, uma vez que sua aferição depende também dos indicadores e dos resultados previstos. Sempre que houver dados disponíveis, a análise buscará estabelecer essa relação, diferenciando a implementação das estratégias dos resultados efetivamente observados.

As informações reunidas foram organizadas de acordo com a estrutura do Plano Municipal de Educação, permitindo que cada meta seja apresentada a partir de seus objetivos, indicadores e resultados, seguida da análise das estratégias relacionadas à sua implementação. Essa organização busca oferecer uma leitura clara do percurso realizado ao longo do período avaliado e favorecer a identificação das questões que permanecem relevantes para o acompanhamento da política educacional municipal.

A partir desses procedimentos, o relatório assume caráter diagnóstico e prospectivo. Ao examinar o período de 2015 a 2025, a avaliação não se limita ao registro das ações desenvolvidas, mas busca identificar avanços, objetivos ainda não alcançados, limitações de informação e demandas que permanecem presentes na realidade educacional de Nova Palma.

Nesse sentido, os resultados sistematizados constituem referência para a definição das prioridades do próximo ciclo de planejamento. A avaliação do PME estabelece uma ligação entre o período que se encerra e aquele que será construído para os próximos anos, oferecendo subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Educação 2026–2036, especialmente no que se refere à definição de metas, estratégias e mecanismos de acompanhamento compatíveis com as necessidades identificadas e com as responsabilidades dos diferentes entes envolvidos na garantia do direito à educação.

3 - RELAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AVALIADAS

3.1 - Bloco de metas:

* 1 a 7 - Educação Básica
* 8 a 11 – EJA e Educação Profissional
* 12 a 14 - Educação Superior
* 15 a 18 – Valorização do Magistério
* 19 a 20 – Gestão Democrática e Financiamento da Educação

4 - AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS

I - EDUCAÇÃO INFANTIL

META 1	PRAZO
Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.	**a)** Universalização dos 4 e 5 anos: **2016** **b)** Atendimento de 50%, de 0 a 3 anos: **2025**

Período observado:

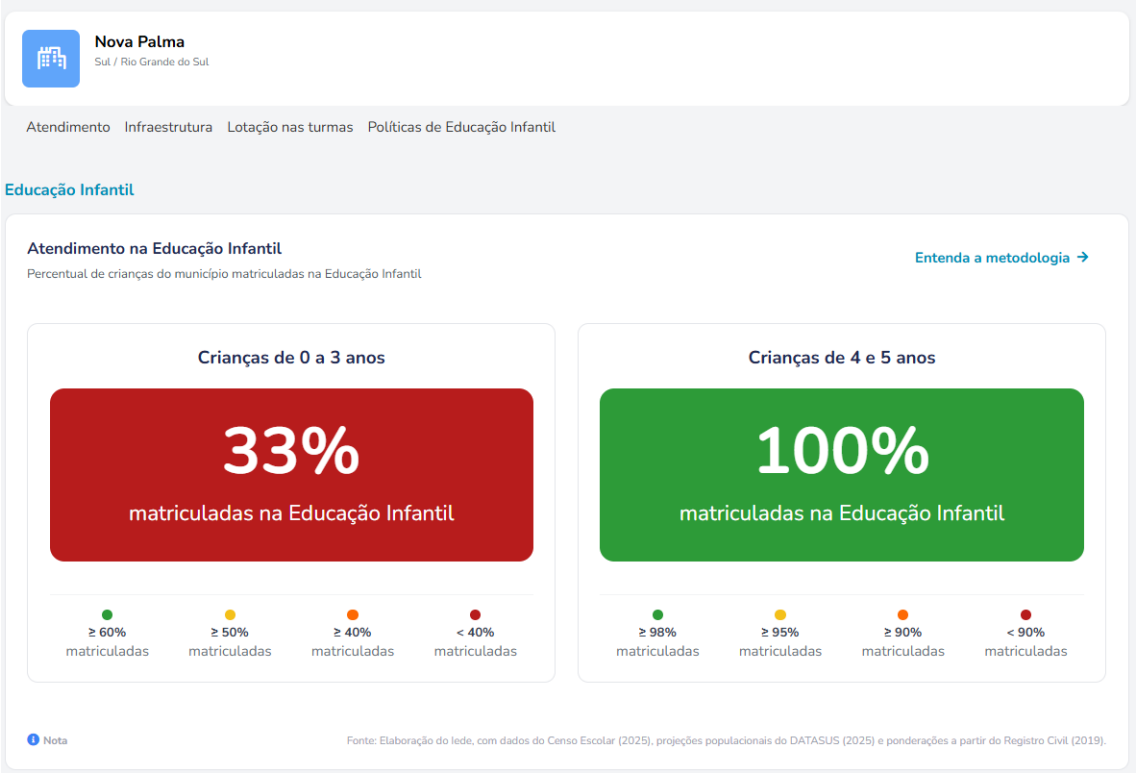
11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 1 do Plano Municipal de Educação estabelece a universalização da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e a ampliação da oferta de vagas em creche, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PME.

Em relação ao Indicador 1A, que prevê a universalização do atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, os dados do QEdu referentes a 2025 demonstram que Nova Palma atingiu o percentual de 100%. Segundo essa referência, portanto, o município alcançou integralmente o objetivo de universalização da pré-escola estabelecido pela Meta 1.

No que se refere ao Indicador 1B, relacionado ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos em creche, o QEdu registra percentual de 33% em 2025. Nesse indicador, Nova Palma permaneceu 17 pontos percentuais abaixo do mínimo de 50% estabelecido pelo Plano Municipal de Educação, não alcançando o objetivo previsto para o final de sua vigência.



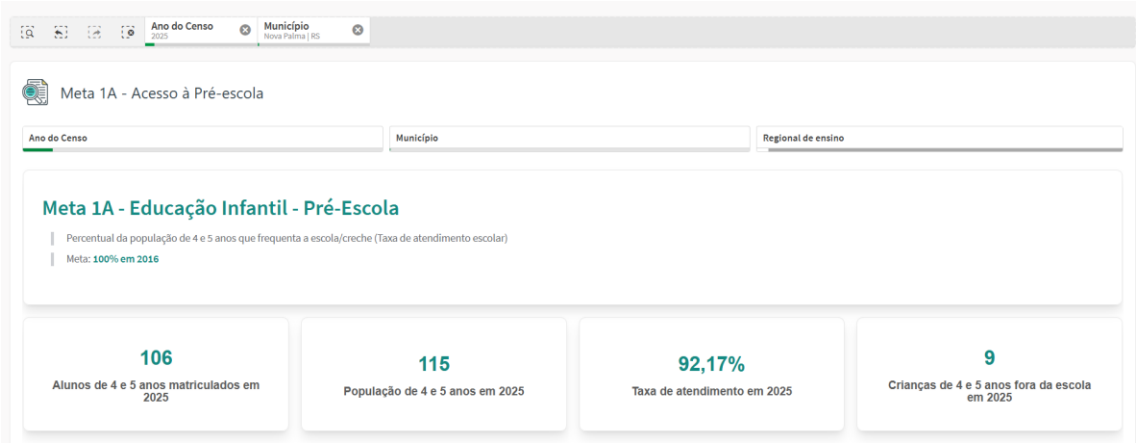
- *Fonte: Qeud 2025*

Para ampliar a compreensão da realidade municipal, também foram considerados dados complementares provenientes de outra base estatística, construída a partir de metodologia própria de estimativa populacional e consolidação das matrículas. Cabe destacar que eventuais diferenças entre os percentuais decorrem das fontes de informação, dos períodos de referência e dos critérios metodológicos adotados, razão pela qual os resultados devem ser analisados de forma complementar, sem que sejam considerados medidas diretamente equivalentes.

Nesse contexto, foram examinadas as informações sistematizadas pelo IEDE a partir de dados do Censo Escolar de 2025, das projeções populacionais do DATASUS para o mesmo ano e de ponderações realizadas com base no Registro Civil de 2019. Para a população de 4 e 5 anos, a estimativa correspondia a 115 crianças, enquanto foram contabilizadas 106 matrículas na pré-escola, resultando em uma taxa calculada de 92,17%.

A comparação entre as duas referências evidencia uma diferença de 7,83 pontos percentuais para o atendimento das crianças de 4 e 5 anos. Enquanto o QEdu registra 100%,

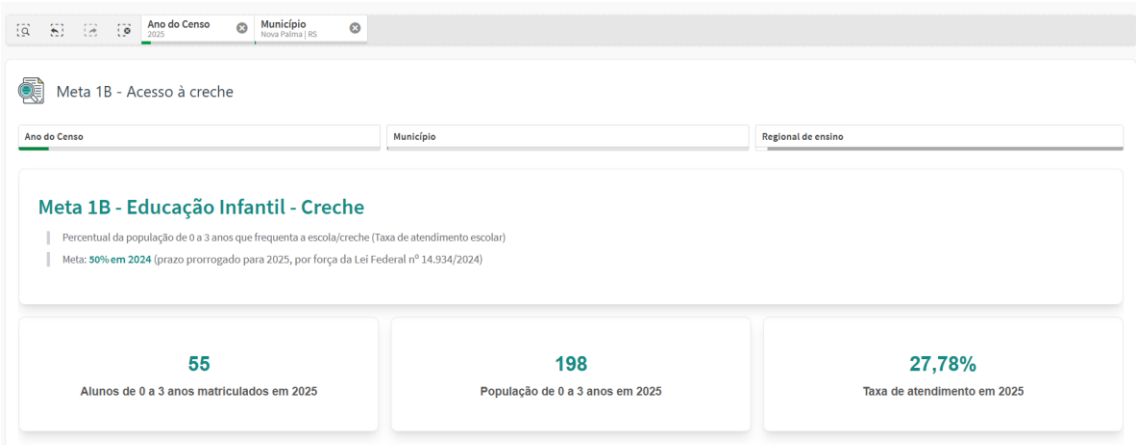
indicando o alcance da universalização, a estimativa sistematizada pelo IEDE corresponde a 92,17%, situando o atendimento 7,83 pontos percentuais abaixo desse patamar. Dessa forma, embora ambas as fontes demonstrem elevada cobertura da pré-escola, elas conduzem a resultados distintos quanto ao alcance integral da meta. A divergência recomenda cautela na interpretação do Indicador 1A, especialmente em razão das diferenças metodológicas existentes entre as bases utilizadas.



- *Fonte: Espaço de Controle Social-TCE RS*

Para as crianças de 0 a 3 anos, a mesma base estima uma população de 198 crianças, das quais 55 estavam matriculadas em creche, correspondendo a uma taxa de atendimento de 27,78%. O percentual encontra-se relativamente próximo dos 33% apresentados pelo QEdu, com diferença de 5,22 pontos percentuais entre as duas referências.

Nesse indicador, as duas fontes convergem quanto à situação do município em relação ao objetivo estabelecido pelo PME. Pela estimativa do IEDE, o atendimento das crianças de 0 a 3 anos encontra-se 22,22 pontos percentuais abaixo do mínimo de 50% previsto pela Meta 1, enquanto o dado do QEdu posiciona Nova Palma 17 pontos percentuais abaixo desse parâmetro. Assim, independentemente da referência considerada, o Indicador 1B demonstra que o percentual de atendimento em creche estabelecido para o final da vigência do Plano não foi alcançado.



- *Fonte: Espaço de Controle Social-TCE RS*

A definição de metas para a expansão da rede pública de Educação Infantil, em regime de colaboração com a União e de acordo com padrões nacionais de qualidade, permanece em execução. O município realiza o planejamento dessa expansão considerando a demanda local, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais e em articulação com os demais entes federativos. Essa ação assume especial relevância diante dos indicadores referentes às crianças de 0 a 3 anos, cujo atendimento permanece abaixo do percentual estabelecido pelo PME.

Também segue em desenvolvimento o levantamento periódico da demanda por creche para a população de até 3 anos, realizado pela Secretaria Municipal de Educação em articulação com as áreas da Saúde e da Assistência Social. As informações obtidas subsidiam o planejamento da oferta de vagas e permitem acompanhar a demanda manifesta das famílias, constituindo referência para a definição das necessidades de expansão do atendimento.

Quanto aos mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creche, a estratégia foi efetivada. Nova Palma dispõe de procedimentos definidos para o cadastramento e o levantamento da procura por vagas na Educação Infantil, possibilitando que essas informações sejam consideradas no planejamento da oferta de acordo com as necessidades identificadas.

As ações destinadas à manutenção, ampliação e qualificação da infraestrutura das escolas de Educação Infantil encontram-se em andamento. O município realiza investimentos na manutenção, adequação e melhoria dos espaços físicos, além da aquisição de mobiliário e equipamentos, observando a disponibilidade orçamentária e as possibilidades de participação em programas governamentais.

No que se refere à avaliação da qualidade da Educação Infantil, a estratégia vem sendo desenvolvida mediante a participação do município nas avaliações e nos levantamentos promovidos pelos órgãos competentes. Nova Palma disponibiliza as informações solicitadas e acompanha indicadores relacionados às condições de oferta e à qualidade do atendimento nessa etapa da Educação Básica.

A formação continuada dos profissionais da Educação Infantil também permanece como ação em desenvolvimento. A Secretaria Municipal de Educação promove atividades formativas e incentiva a qualificação dos profissionais, priorizando a atuação de docentes habilitados em conformidade com a legislação vigente. A continuidade dessas iniciativas contribui para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e para a progressiva qualificação do atendimento oferecido às crianças.

Em relação às populações residentes no campo, foi assegurada a estratégia de atendimento das crianças na Educação Infantil, considerando as características das comunidades e a demanda existente. O município busca garantir o acesso das crianças residentes no meio rural, observando as especificidades territoriais relacionadas à organização da oferta educacional.

A inclusão das crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil segue sendo implementada. O município assegura o acesso desses estudantes e promove o Atendimento Educacional Especializado, juntamente com práticas inclusivas organizadas de acordo com as necessidades apresentadas, buscando garantir a transversalidade da Educação Especial desde essa etapa da escolarização.

As ações de orientação e apoio às famílias de crianças de até 3 anos continuam em execução, por meio da articulação entre Educação, Saúde e Assistência Social. São desenvolvidas iniciativas integradas de orientação às famílias e acompanhamento das crianças, tendo como referência o desenvolvimento integral durante a primeira infância.

Quanto à preservação das especificidades da Educação Infantil e à articulação com a etapa seguinte da Educação Básica, a estratégia encontra-se implementada. As instituições municipais observam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, organizando práticas pedagógicas adequadas às características das diferentes faixas etárias e promovendo ações de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

O acompanhamento do acesso e da permanência das crianças permanece em desenvolvimento, sendo realizado pelas escolas em parceria com as famílias e com a rede de

proteção social. Essa articulação busca acompanhar a frequência e contribuir para a permanência das crianças na Educação Infantil, com atenção também àquelas pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

A garantia da oferta de vagas para as crianças em idade correspondente à Educação Infantil, especialmente para a faixa etária de 4 e 5 anos, segue em execução. Conforme informado pela equipe técnica, o município garante a universalização do atendimento dessa faixa etária e busca ampliar a oferta de vagas em creche de acordo com a demanda apresentada pelas famílias e a disponibilidade da rede municipal.

A ampliação gradativa do acesso à Educação Infantil em tempo integral encontra-se em processo de desenvolvimento. O município vem ampliando essa oferta considerando a demanda existente, a capacidade física das unidades escolares e a disponibilidade de recursos humanos e financeiros, fatores que condicionam a expansão progressiva do atendimento para as crianças de 0 a 5 anos.

II - ENSINO FUNDAMENTAL

META 2	PRAZO
Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.	**a)** Universalização dos 6 aos 14 anos: **2016** **b)** Pelo menos 95% concluam o EF na idade recomendada: **2025**

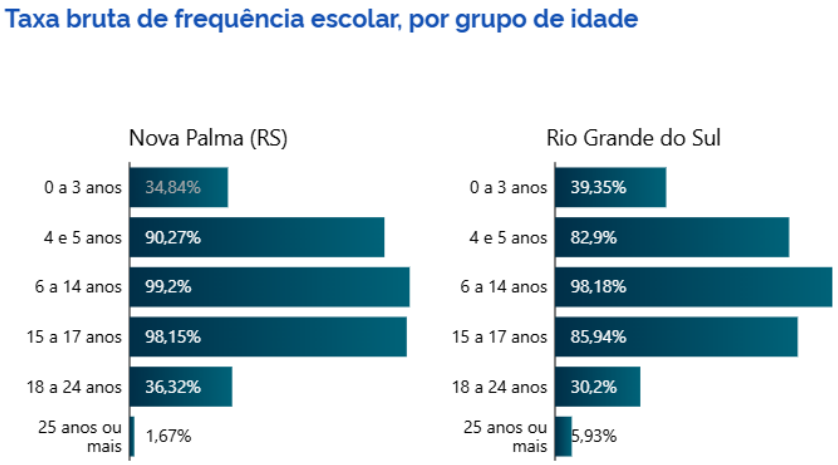
Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 2 do Plano Municipal de Educação estabelece a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos, bem como a garantia de que, ao final da vigência do PME, pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa de ensino na idade recomendada.

Em relação ao Indicador 2A, que prevê a universalização do acesso ao Ensino Fundamental para a população de 6 a 14 anos, Nova Palma alcançou índice de 99,2% de atendimento escolar. O resultado demonstra elevada cobertura da escolarização obrigatória nessa faixa etária e situa o município próximo da universalização, permanecendo uma diferença de apenas 0,8 ponto percentual em relação ao atendimento de 100%.



- *Fonte IBGE 2022*

No que se refere ao Indicador 2B, que estabelece a conclusão do Ensino Fundamental na idade recomendada para, no mínimo, 95% dos estudantes até o final da vigência do Plano, não foram disponibilizados dados municipais atualizados pela comissão, tampouco foram identificados registros específicos recentes para Nova Palma nas bases consultadas. Dessa forma, não é possível aferir diretamente o cumprimento desse indicador.

A distribuição das matrículas por faixa etária, entretanto, oferece elementos para compreender as trajetórias escolares no município. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental são registradas 276 matrículas, das quais 267 correspondem a estudantes de 6 a 10 anos e nove a estudantes de 11 a 14 anos. Assim, aproximadamente 96,74% das matrículas dessa etapa concentram-se na faixa etária de 6 a 10 anos.

MATRÍCULAS

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

1.26 – Número de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Regular, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2025

Região Geográfica	Unidade da Federação	Município	Código do Município	Número de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental[1-3]						
				Total	Faixa Etária[4]					
					Até 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 anos ou
Sul	Rio Grande do Sul	Nova Palma	4313102	276	0	267	9	0	0	0

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2025

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
3 - Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas do 1º ao 5º ano.
4 - A faixa etária é calculada considerando a idade do aluno na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica.

- *Fonte: Sinopse Estatística do Censo Escolar-2025*

Nos anos finais do Ensino Fundamental são contabilizadas 226 matrículas, sendo 208 de estudantes entre 11 e 14 anos e 18 entre 15 e 17 anos. Nesse caso, aproximadamente 92,03% das matrículas concentram-se entre estudantes de 11 a 14 anos.

Embora esses dados não permitam determinar a proporção de estudantes que efetivamente concluem o Ensino Fundamental na idade recomendada, demonstram que a maior parte das matrículas está concentrada nas faixas etárias correspondentes às respectivas etapas. Ao mesmo tempo, observa-se maior presença de estudantes com idade superior à esperada nos anos finais, aspecto que pode estar relacionado a trajetórias marcadas por reprovação, ingresso tardio ou outras situações que interferem no fluxo escolar.

MATRÍCULAS

Ensino Fundamental - Anos Finais

1.32 – Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental Regular, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2025

Região Geográfica	Unidade da Federação	Município	Código do Município	Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental[1-3]						
				Total	Faixa Etária[4]					
					Até 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Sul	Rio Grande do Sul	Nova Palma	4313102	226	0	208	18	0	0	0

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2025

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

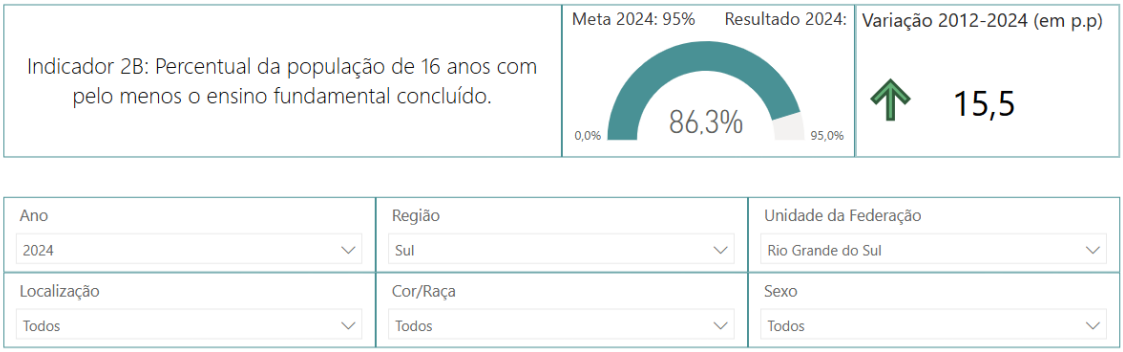
2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Os Anos Finais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas do 6º ao 9º ano.

4 - A faixa etária é calculada considerando a idade do aluno na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica.

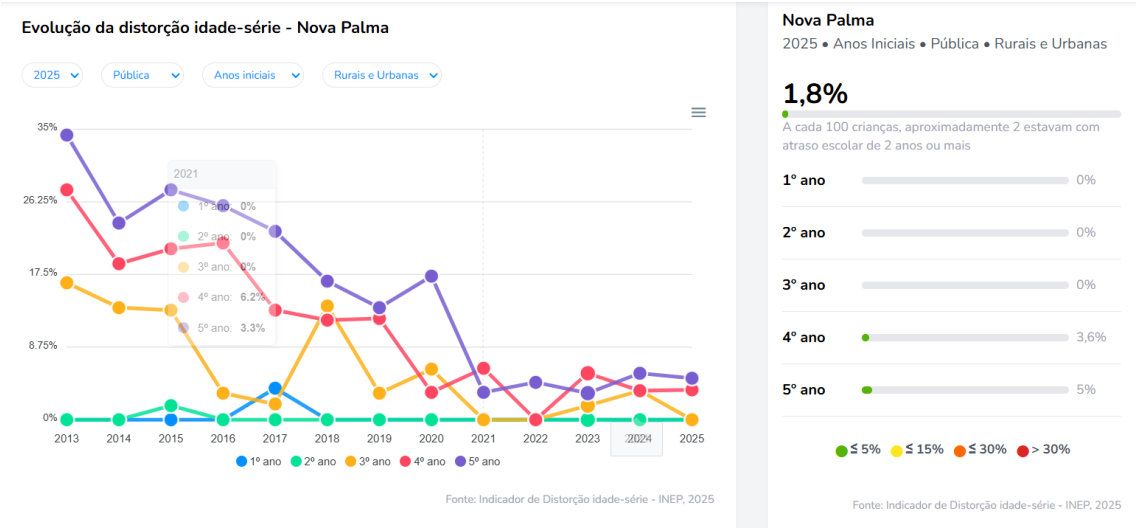
- *Fonte: Sinopse Estatística do Censo Escolar-2025*

Como referência complementar, os dados estaduais mais recentes do Censo Demográfico apontam que 86,3% dos estudantes concluem o Ensino Fundamental na idade recomendada no Rio Grande do Sul. O índice representa crescimento de 15,5 pontos percentuais em relação a 2012, evidenciando evolução no período analisado, embora permaneça abaixo dos 95% estabelecidos como referência pela meta. O resultado estadual contribui para contextualizar o desafio relacionado à conclusão na idade adequada, mas não permite inferir a situação específica de Nova Palma.



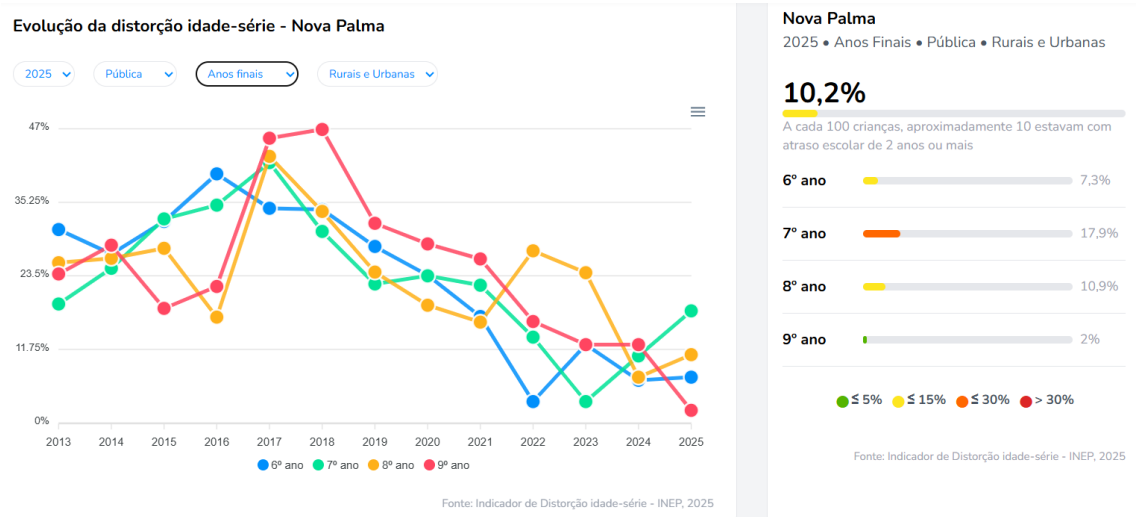
- *Fonte IBGE 2022*

A análise da distorção idade-série, indicador que considera os estudantes com dois anos ou mais de atraso em relação à idade recomendada para o ano escolar frequentado, permite aprofundar essa leitura. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública, o percentual registrado é de 1,8%, indicando baixa incidência de estudantes em situação de defasagem nessa etapa.



- *Fonte: Qeud 2025*

Nos anos finais, entretanto, a distorção idade-série alcança 10,2%, o que corresponde a aproximadamente dez em cada 100 estudantes com defasagem de pelo menos dois anos. A diferença de 8,4 pontos percentuais em relação aos anos iniciais evidencia crescimento da distorção à medida que os estudantes avançam no Ensino Fundamental e sinaliza a necessidade de atenção às trajetórias escolares, especialmente na transição e no decorrer dos anos finais.



- *Fonte: Qeud 2025*

Os indicadores de rendimento escolar apresentam comportamento semelhante. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública, a taxa de aprovação alcança 99,3%, enquanto a reprovação corresponde a 0,7%. Nos anos finais, a aprovação também permanece elevada, atingindo 98,2%, porém a reprovação aumenta para 1,8%, sem registro de abandono.

Taxas de rendimento por etapa escolar

2025 | Pública | Total

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	0,7% sem dados	0% sem dados	99,3% sem dados
Anos finais	1,8% sem dados	0% sem dados	98,2% sem dados
Ensino médio	0% sem dados	0,9% sem dados	99,1% sem dados

Legenda

Fonte: Taxas de Rendimento 2025, Inep

- *Fonte: Qeud 2025*

A implementação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento definidos nacionalmente para os estudantes do Ensino Fundamental foi registrada como executada. Conforme a avaliação da equipe técnica, as ações desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal de Educação estiveram orientadas à oferta de educação pública em consonância com as metas e estratégias estabelecidas, abrangendo iniciativas relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem, à gestão educacional, à inclusão e à formação dos profissionais, com atenção ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola encontra-se efetivada por meio de atuação intersetorial. A Secretaria Municipal de Educação mantém ações contínuas em parceria com a Assistência Social, a Saúde e o Conselho Tutelar, buscando identificar estudantes em situação de evasão ou abandono escolar e promover sua reintegração. Essa atuação assume relevância diante do Indicador 2A, que registra atendimento de 99,2% da população de 6 a 14

anos e demonstra que, apesar da elevada cobertura, a universalização ainda não foi integralmente alcançada.

No que diz respeito à aproximação das escolas com instituições e movimentos culturais, a estratégia foi considerada executada. O apontamento apresentado pela equipe destaca ações voltadas à garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem dos estudantes, mediante busca ativa, acompanhamento da frequência e fortalecimento das ações pedagógicas.

O acompanhamento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos estudantes beneficiários de programas de transferência de renda também foi implementado. A ação envolve o monitoramento sistemático da frequência e do rendimento escolar, a realização de busca ativa e o acompanhamento de situações de discriminação, buscando favorecer condições de acesso, permanência, inclusão e desenvolvimento escolar.

Para as populações residentes no campo, foi mantida a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas próprias comunidades, possibilitando o acesso à escolarização em espaços próximos à realidade dos estudantes. A medida contribui para preservar o vínculo com a comunidade e atender às especificidades relacionadas à organização da educação no meio rural.

A garantia do Ensino Fundamental aos filhos de profissionais que desenvolvem atividades de caráter itinerante foi assegurada conforme a demanda apresentada. O município informa que são garantidas a matrícula e a continuidade do processo de ensino e aprendizagem desses estudantes, buscando evitar interrupções em suas trajetórias escolares decorrentes da mobilidade familiar.

As atividades extracurriculares destinadas ao incentivo dos estudantes e ao desenvolvimento de diferentes habilidades foram incorporadas às ações educacionais. Os estudantes participam de projetos, feiras, olimpíadas, concursos e outros eventos educativos em diferentes níveis, criando oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, talentos e do protagonismo estudantil.

No campo esportivo, foram promovidas atividades e oportunidades de participação em eventos e competições escolares, estimulando o desenvolvimento de habilidades esportivas. As iniciativas também favorecem a integração entre os estudantes, o trabalho em equipe e o fortalecimento do desporto educacional no município.

A aproximação entre escola e família foi fortalecida ao longo da execução do PME por meio de reuniões, atendimentos, eventos e ações de acompanhamento da vida escolar. Essas iniciativas buscam ampliar a participação dos pais ou responsáveis no processo educativo e favorecer o acompanhamento das atividades e da trajetória escolar dos estudantes.

Foram ofertadas atividades de reforço e práticas pedagógicas no contraturno escolar, proporcionando oportunidades adicionais de aprendizagem aos estudantes. Essas ações estão direcionadas à recomposição e ao fortalecimento das aprendizagens e ao desenvolvimento dos estudantes, constituindo também uma possibilidade de intervenção diante de dificuldades identificadas no percurso escolar.

III - ENSINO MÉDIO

META 3	PRAZO
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	a) Universalização dos 15 a 17 anos: **2016** b) Pelo menos 85% no ensino médio: **2025**

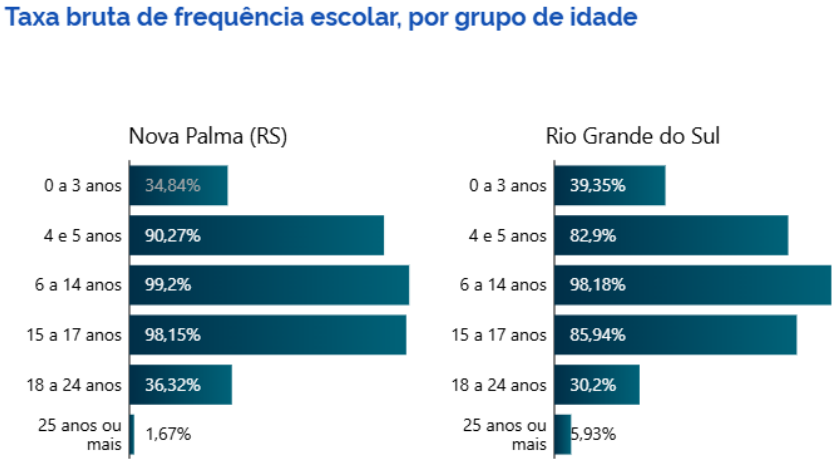
Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 3 do Plano Municipal de Educação estabelece a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para, no mínimo, 85% até o final da vigência do PME.

Em relação ao Indicador 3A, que prevê a universalização do atendimento escolar da população de 15 a 17 anos, os dados analisados demonstram que 98,15% dos jovens dessa faixa etária frequentavam a escola ou já haviam concluído a Educação Básica. O resultado encontra-se 1,85 ponto percentual abaixo da universalização, indicando que o objetivo estabelecido pelo Plano ainda não foi integralmente alcançado e que permanece uma parcela da população dessa faixa etária não contemplada pelo indicador.



- *Fonte IBGE 2022*

No que se refere ao Indicador 3B, que estabelece uma taxa líquida de matrículas no Ensino Médio de, no mínimo, 85% até o final da vigência do Plano, os dados municipais disponíveis referentes a 2025 não permitem aferir diretamente o alcance do percentual estabelecido pela meta. As informações da rede estadual registram 115 estudantes matriculados no Ensino Médio em Nova Palma, dos quais 106 possuem entre 15 e 17 anos e nove encontram-se na faixa de 18 a 19 anos.

Dessa forma, 92,17% das matrículas existentes no Ensino Médio correspondem a estudantes de 15 a 17 anos, demonstrando elevada concentração dos matriculados na faixa etária considerada adequada para essa etapa da Educação Básica. O resultado constitui uma referência favorável quanto à correspondência entre idade e etapa de ensino entre os estudantes matriculados, porém não equivale à taxa líquida de matrícula prevista pelo Indicador 3B. Para o cálculo desse indicador, seria necessário relacionar o número de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio ao total da população municipal pertencente à mesma faixa etária.

MATRÍCULAS

Ensino Médio

1.40 – Número de Matrículas do Ensino Médio Regular, por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2025

Região Geográfica	Unidade da Federação	Município	Código do Município	Número de Matrículas do Ensino Médio[1-3]					
				Total	Faixa Etária[4]				
					Até 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais
Sul	Rio Grande do Sul	Nova Palma	4313102	115	0	106	9	0	0

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2025

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

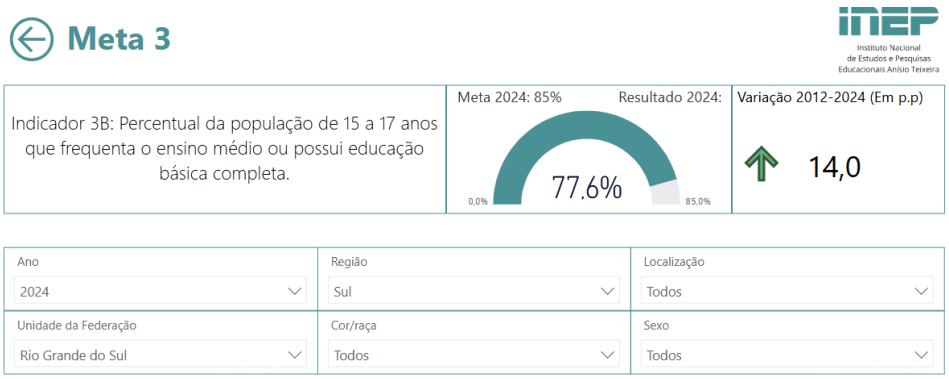
2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - O Ensino Médio inclui matrículas do Ensino Médio Propedêutico, Ensino Médio Articulado ao Itinerário Formativo Técnico Profissional - Curso Técnico, Ensino Médio Articulado ao Itinerário Formativo Técnico

4 - A faixa etária é calculada considerando a idade do aluno na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica.

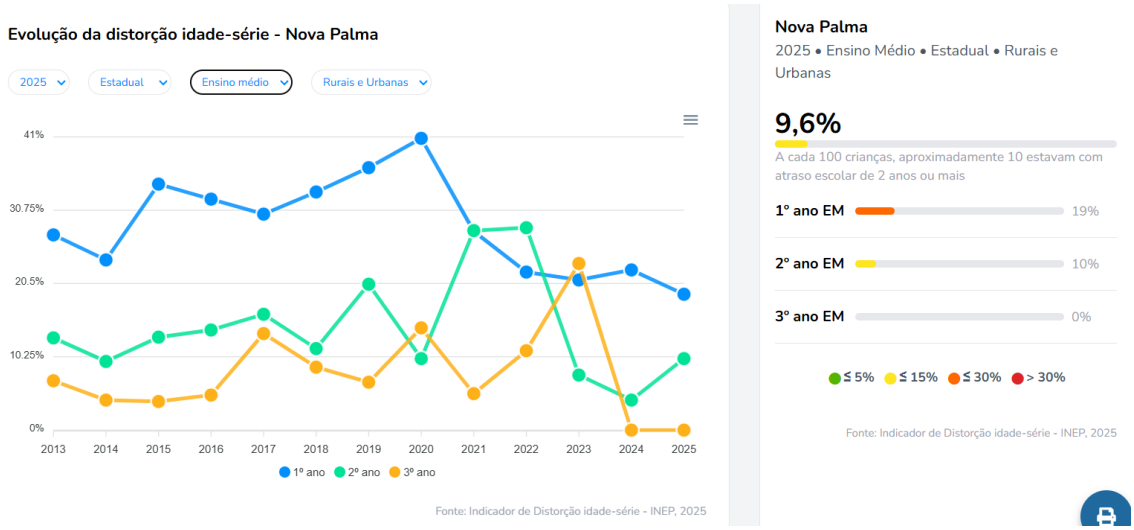
- *Fonte: Sinopses Estatística Educação Básica 2025*

Como referência para contextualização, a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio apresentada para o Rio Grande do Sul corresponde a 77,6%. Esse indicador contribui para a compreensão do cenário mais amplo da etapa, mas não deve ser comparado diretamente aos 92,17% identificados entre as matrículas de Nova Palma, uma vez que os percentuais possuem bases de cálculo distintas. Assim, na ausência do denominador populacional necessário, não é possível concluir se o município alcançou ou não os 85% estabelecidos para o Indicador 3B.



- *Fonte Inep 2025*

Outro aspecto relevante para a compreensão das trajetórias escolares é a distorção idade-série. No Ensino Médio, Nova Palma apresenta taxa de 9,6%, indicando que aproximadamente dez em cada 100 estudantes matriculados possuem dois anos ou mais de defasagem em relação à idade recomendada para o ano escolar frequentado. Embora a maioria dos estudantes não se encontre nessa condição, o percentual evidencia a existência de um grupo com trajetória marcada por atraso escolar, situação que merece acompanhamento especialmente por se tratar da etapa final da Educação Básica.



- *Fonte: Qeud 2025*

Os indicadores de rendimento escolar acrescentam elementos importantes a essa análise. No Ensino Médio, a taxa de aprovação alcança 99,1%, enquanto não há registro de reprovação e o abandono corresponde a 0,9%. Os resultados demonstram elevada progressão entre os estudantes matriculados, acompanhada de baixa incidência de abandono. Ainda assim, a existência de estudantes em situação de distorção idade-série e de uma parcela, mesmo reduzida, que abandona a escola evidencia a importância da continuidade das ações de acompanhamento das trajetórias escolares.

Taxas de rendimento por etapa escolar

2025 | Pública | Total

	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos iniciais	0,7% sem dados	0% sem dados	99,3% sem dados
Anos finais	1,8% sem dados	0% sem dados	98,2% sem dados
Ensino médio	0% sem dados	0,9% sem dados	99,1% sem dados

Legenda

Fonte: Taxas de Rendimento 2025, Inep

- *Fonte: Qeud 2025*

Considerados em conjunto, os indicadores apresentam um cenário de ampla escolarização dos jovens de 15 a 17 anos e elevado rendimento entre aqueles matriculados no Ensino Médio, mas também revelam aspectos que permanecem sob atenção. A universalização do atendimento ainda apresenta uma diferença de 1,85 ponto percentual, enquanto a ausência de dados populacionais específicos impossibilita determinar o alcance da taxa líquida de 85%. A distorção idade-série e o abandono, por sua vez, constituem referências adicionais para o acompanhamento do acesso, da permanência e da conclusão da Educação Básica na idade adequada.

A adoção de iniciativas voltadas à renovação do Ensino Médio, com práticas pedagógicas interdisciplinares e maior articulação entre teoria e prática, permanece em desenvolvimento. Conforme apontado pela equipe responsável pela avaliação, ainda são encontradas dificuldades para incorporar metodologias ativas às práticas escolares. O registro evidencia a necessidade de continuidade das ações pedagógicas e formativas que favoreçam a diversificação das metodologias utilizadas nessa etapa da Educação Básica.

O apoio à implementação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para o Ensino Médio também segue em execução. Nesse processo, busca-se manter o currículo alinhado às diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas Matrizes Curriculares do Estado, considerando que a oferta dessa etapa em Nova Palma está vinculada à rede estadual de ensino.

Quanto ao acesso regular a bens e espaços culturais e à ampliação das práticas esportivas integradas ao currículo, a estratégia encontra-se em andamento, porém apresenta limitações relacionadas à infraestrutura disponível. A equipe destaca a inexistência de ginásio de esportes na escola estadual localizada na sede do município, restringindo as condições para a realização das práticas esportivas. Também é apontada a falta de auditório nessa instituição, espaço necessário para encontros, eventos e mostras pedagógicas. Essas demandas envolvem diretamente as condições estruturais da unidade pertencente à rede estadual e requerem articulação com o ente responsável.

As ações de correção do fluxo escolar, mediante acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem e oferta de atividades complementares, continuam sendo desenvolvidas. Entre as possibilidades indicadas está a realização de aulas de reforço no contraturno, condicionada, entretanto, à disponibilidade de recursos humanos na escola. Essa questão merece atenção diante dos indicadores anteriormente analisados, especialmente da distorção idade-série de 9,6% identificada no Ensino Médio.

O incentivo à participação dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e nas avaliações externas permanece entre as ações desenvolvidas, tendo a equipe registrado como objetivo a manutenção do índice de 100% de participação. A participação dos estudantes nesses processos possibilita acompanhar resultados educacionais e, no caso do Enem, também se relaciona às possibilidades de acesso à Educação Superior.

No campo da articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional, a estratégia segue em implementação. A equipe destaca a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral

como iniciativa destinada a ampliar as possibilidades oferecidas aos estudantes. Embora essa ação represente ampliação da jornada e das oportunidades formativas, o apontamento disponibilizado não apresenta informação específica sobre a expansão de matrículas gratuitas em Ensino Médio integrado à Educação Profissional ou sobre a implantação de cursos técnicos voltados às necessidades das populações do campo. Dessa forma, esses aspectos específicos da estratégia não podem ser aferidos a partir das informações apresentadas.

O acompanhamento do acesso e da permanência dos jovens, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, também permanece em desenvolvimento. Entre as iniciativas mencionadas estão a participação em programas como Jovem Aprendiz e CIEE, além do acesso a bolsas disponibilizadas pelo governo aos estudantes de baixa renda. Essas oportunidades podem contribuir para conciliar formação, inserção profissional e permanência dos jovens no percurso educacional.

A busca ativa da população de 15 a 17 anos que se encontra fora da escola continua sendo realizada, com o propósito de identificar esses jovens e favorecer seu retorno à escolarização. A continuidade dessa iniciativa mostra-se particularmente pertinente diante do Indicador 3A, que aponta atendimento de 98,15% dessa população, percentual elevado, mas ainda 1,85 ponto percentual abaixo da universalização estabelecida pelo PME.

As iniciativas de educação, cultura e qualificação social e profissional destinadas aos jovens e adultos, inclusive àqueles que se encontram fora da escola ou apresentam defasagem no fluxo escolar, seguem em execução. Conforme informado pela equipe, há incentivo à participação em programas que oferecem remuneração. A estratégia também prevê ações relacionadas à realidade das populações do campo e à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de projetos nesse contexto, embora não tenham sido apresentados registros específicos sobre a implementação dessas iniciativas.

A oferta de formas alternativas de Ensino Médio para filhos de profissionais que exercem atividades de caráter itinerante foi considerada não aplicável à realidade municipal no período avaliado, uma vez que não há registro de demanda significativa dessa população em Nova Palma. Caso sejam identificadas necessidades específicas, está prevista a atuação do município em regime de colaboração com a rede estadual de ensino.

As políticas destinadas à prevenção da evasão decorrente de preconceito ou de outras formas de discriminação encontram-se em desenvolvimento. O apontamento da equipe destaca a realização da busca ativa e a garantia do acesso à educação. Considerando, entretanto, que a

estratégia prevê especificamente a constituição de uma rede de proteção contra formas associadas de exclusão, não foram disponibilizadas informações adicionais que permitam detalhar as ações preventivas relacionadas ao preconceito e à discriminação.

A reivindicação de implantação de cursos tecnológicos e de formação nas áreas científicas no município foi registrada como estratégia em execução. A informação apresentada pela equipe refere-se à utilização dos recursos tecnológicos disponíveis. Embora essa utilização contribua para as práticas educacionais, não foram fornecidos registros específicos sobre reivindicações ou iniciativas voltadas à implantação dos cursos previstos na estratégia, razão pela qual não é possível detalhar o estágio dessa ação para além da classificação informada.

IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META 4	PRAZO
Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	**2025**

Período observado:

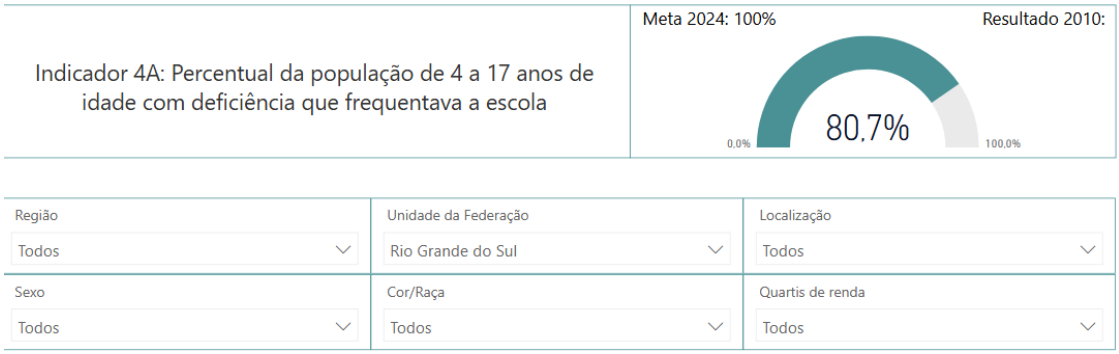
11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 4 do Plano Municipal de Educação de Nova Palma estabelece a universalização, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, do acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando um sistema educacional inclusivo ao longo da vigência do PME.

No que se refere ao Indicador 4A, correspondente ao percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola, as informações disponíveis demonstram a existência de atendimento educacional aos estudantes público-alvo da Educação Especial identificados no município. Entretanto, não foram disponibilizados dados municipais que permitam relacionar o número de estudantes matriculados ao total da população de 4 a 17 anos com deficiência residente em Nova Palma. Dessa forma, não é possível aferir, em termos percentuais, se a universalização prevista pelo indicador foi integralmente alcançada.

Como referência complementar, os dados disponíveis para o Rio Grande do Sul apontam que 80,7% da população de 4 a 17 anos com deficiência frequenta a escola. O indicador estadual contribui para contextualizar o cenário mais amplo da escolarização desse público, porém não permite inferir a situação específica de Nova Palma diante da inexistência de percentual municipal equivalente para o Indicador 4A.

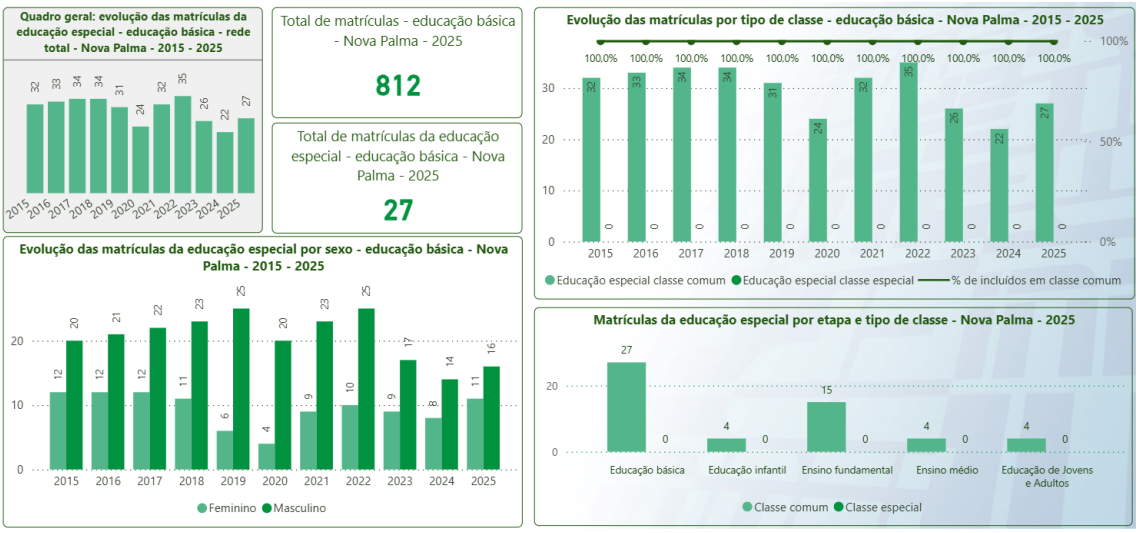


- *Fonte: Elaborado pela Dired/Inep*

Em relação ao Indicador 4B, correspondente ao percentual de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, os dados municipais permitem uma análise mais objetiva. Em 2025, foram registradas 27 matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas redes públicas de ensino de Nova Palma, sendo 100% em classes comuns. O resultado demonstra que, entre os estudantes identificados e matriculados, o atendimento ocorre integralmente em classes comuns do ensino regular, em consonância com a perspectiva inclusiva prevista pela meta.

Quanto à distribuição por etapa e modalidade de ensino, das 27 matrículas registradas, quatro correspondem à Educação Infantil, 15 ao Ensino Fundamental, quatro ao Ensino Médio e quatro à Educação de Jovens e Adultos. A maior concentração ocorre no Ensino Fundamental, que reúne 55,56% das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial. A Educação Infantil representa 14,81%, mesmo percentual identificado no Ensino Médio (14,81%) e na Educação de Jovens e Adultos (14,81%).

A presença de estudantes público-alvo da Educação Especial nas diferentes etapas e modalidades oferece elementos importantes para o planejamento das políticas educacionais, uma vez que as necessidades de acompanhamento pedagógico, acessibilidade, recursos, profissionais e atendimento especializado podem assumir características distintas conforme a faixa etária, a etapa de escolarização e as especificidades apresentadas pelos estudantes.



- *Fonte INEP 2025*

Em relação à distribuição por sexo, 11 matrículas correspondem a estudantes do sexo feminino e 16 a estudantes do sexo masculino, representando, respectivamente, 40,74% e 59,26% do total. Observa-se, portanto, predominância de matrículas de estudantes do sexo masculino entre o público-alvo da Educação Especial atendido nas redes públicas do município. O dado contribui para a caracterização desse público, embora, isoladamente, não permita estabelecer as razões dessa diferença.

A universalização do atendimento à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos público-alvo da Educação Especial permanece em execução. O município busca assegurar o acesso à Educação Infantil às crianças com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, garantindo matrícula na rede municipal conforme a demanda apresentada e atendimento em conformidade com a legislação vigente.

A implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação continuada dos profissionais para atuação na Educação Especial foram efetivadas. Nova Palma mantém o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em sala de recursos multifuncionais e promove ações formativas destinadas aos profissionais da educação, buscando qualificar o atendimento aos estudantes. Conforme informado pela equipe, eventual ampliação dos recursos está condicionada à disponibilidade orçamentária e aos programas de apoio disponibilizados pelos demais entes federativos.

Da mesma forma, está assegurada a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos estudantes que dele necessitam, de maneira complementar ao ensino regular. O atendimento considera as avaliações pedagógicas, as necessidades individuais dos estudantes e o diálogo com as famílias, possibilitando a organização dos apoios de acordo com as especificidades identificadas.

A constituição e o fortalecimento de uma equipe multidisciplinar destinada a apoiar o trabalho desenvolvido com os estudantes público-alvo da Educação Especial encontram-se em processo de implementação. O município desenvolve ações intersetoriais envolvendo Educação, Saúde e Assistência Social e disponibiliza acompanhamento especializado aos estudantes. Entretanto, conforme o apontamento da equipe, a consolidação e a ampliação dessa equipe permanecem como objetivos a serem perseguidos, considerando as demandas da rede e a disponibilidade de profissionais.

As medidas destinadas à promoção da acessibilidade nas instituições públicas de ensino também seguem em desenvolvimento. São realizadas ações relacionadas à acessibilidade física e pedagógica nas escolas, disponibilizado transporte escolar adaptado quando necessário e adquiridos recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva, de acordo com as necessidades identificadas e a disponibilidade financeira. A continuidade dessas iniciativas é necessária para acompanhar as diferentes demandas apresentadas pelos estudantes e pelas unidades escolares.

No que diz respeito à oferta de educação bilíngue em Libras e Língua Portuguesa, bem como à adoção do Sistema Braille nas situações previstas pela estratégia, a ação foi considerada não aplicável no período avaliado, uma vez que, segundo a equipe técnica, Nova Palma não apresenta demanda específica para esse atendimento.

A garantia da educação inclusiva encontra-se implementada na rede municipal, que assegura o acesso, a permanência e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular, articulando as práticas pedagógicas ao Atendimento Educacional Especializado. Esse registro está em consonância com os dados analisados no Indicador 4B, segundo os quais 100% das 27 matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial identificadas em 2025 estavam em classes comuns.

O acompanhamento do acesso, da permanência e do desenvolvimento escolar desses estudantes continua sendo realizado em articulação com as famílias e com a rede de proteção social. A equipe informa que são monitoradas a frequência, o desenvolvimento e as

necessidades apresentadas pelos estudantes, com ações destinadas à prevenção da evasão e à promoção de condições favoráveis à continuidade da trajetória escolar.

A articulação entre as políticas de Educação, Saúde, Assistência Social e demais áreas relacionadas à atenção às pessoas com deficiência permanece em desenvolvimento. As ações municipais buscam assegurar atendimento integral e continuidade da escolarização, inclusive para pessoas com idade superior à faixa de escolarização obrigatória. No caso da Educação de Jovens e Adultos, esse atendimento ocorre de acordo com a demanda existente e com as possibilidades de oferta da modalidade.

Quanto à composição das equipes responsáveis pelo processo de inclusão, o município segue buscando adequar o quadro de profissionais especializados às necessidades apresentadas pelos estudantes. Contratações e designações são realizadas conforme a demanda da rede e observando as possibilidades orçamentárias e legais. A estratégia contempla diferentes funções de apoio e atendimento especializado, cuja necessidade varia de acordo com as características dos estudantes matriculados.

A obtenção de informações detalhadas sobre o perfil da população de 0 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação depende principalmente de ações coordenadas pelo Ministério da Educação e pelos órgãos nacionais responsáveis pelas pesquisas demográficas e estatísticas. No âmbito de suas atribuições, Nova Palma mantém atualizadas as informações referentes aos estudantes de sua rede para subsidiar o planejamento das políticas educacionais. Esse aspecto relaciona-se diretamente à limitação identificada no Indicador 4A, para o qual não estão disponíveis dados populacionais municipais suficientes para aferir a universalização do acesso escolar.

As parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos continuam sendo desenvolvidas conforme as necessidades identificadas. O município informa que mantém e fortalece a articulação com instituições especializadas quando necessário, ampliando as possibilidades de atendimento e suporte aos estudantes público-alvo da Educação Especial e às suas famílias.

Por fim, segue sendo estimulada a participação das famílias e da sociedade nas ações de inclusão. O município mantém diálogo com instituições parceiras, famílias e comunidade escolar, buscando fortalecer o acompanhamento dos estudantes e as iniciativas relacionadas à inclusão no ambiente educacional.

V – ALFABETIZAÇÃO

META 5	PRAZO
Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	**2025**

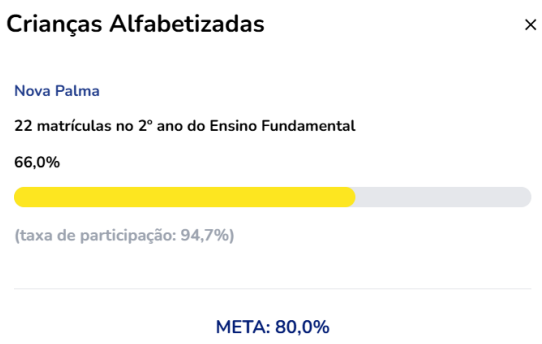
Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 5 do Plano Municipal de Educação prevê a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Desde 2023, o Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com os municípios e com o Governo Federal, por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), desenvolve o Programa Alfabetiza Tchê. Entre as ações realizadas está a avaliação de fluência leitora dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, que integra o conjunto de instrumentos utilizados para o acompanhamento das aprendizagens no processo de alfabetização.

Conforme levantamento realizado para esta avaliação, o Indicador Criança Alfabetizada (ICA) de Nova Palma alcançou 66,0% em 2025, resultado inferior à meta estabelecida para o município no referido ano, fixada em 80,0%. A diferença corresponde a 14 pontos percentuais, evidenciando que o objetivo previsto para o período não foi alcançado e que permanece um desafio relacionado à consolidação das habilidades de alfabetização na idade adequada.

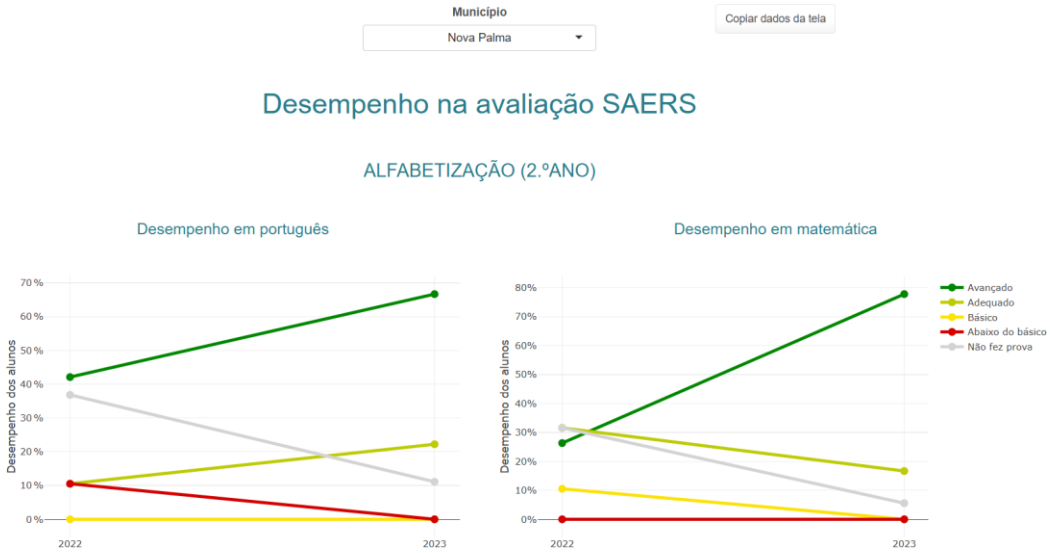


- *Fonte: QEdu 2025*

Outra referência para o acompanhamento da alfabetização é o Índice da Qualidade da Alfabetização (IQA), utilizado no âmbito do Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS). Os resultados de Nova Palma demonstram expressiva evolução entre 2022 e 2023, passando de 54,21 para 93,16, crescimento de 38,95 pontos. Em 2024, entretanto, o índice recuou para 87,77, registrando redução de 5,39 pontos em relação ao ano anterior. Apesar do recuo, o resultado de 2024 permaneceu 33,56 pontos acima daquele registrado em 2022, demonstrando que parte significativa do avanço observado no período foi mantida. O resultado oficial referente a 2025 ainda não havia sido divulgado no período de elaboração desta avaliação.

Os resultados disponíveis do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), referentes a 2024, acrescentam outros elementos à análise das aprendizagens dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental.

Na avaliação de Língua Portuguesa, 11,11% dos estudantes previstos não realizaram a prova. Nos resultados apresentados, 66,67% alcançaram o nível avançado e 22,22% situaram-se no nível adequado, totalizando 88,89% nos níveis adequado e avançado. Não houve registro de estudantes nos níveis básico e abaixo do básico. A distribuição demonstra concentração dos resultados nos níveis mais elevados da escala, embora o percentual de não participação deva ser considerado na interpretação dos dados.



- *Fonte: https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados*

Em Matemática, o percentual de estudantes previstos que não realizaram a avaliação correspondeu a 5,56%. Entre os resultados apresentados, 77,78% alcançaram o nível avançado e 16,67% situaram-se no nível adequado, totalizando 94,45% nos níveis adequado e avançado. Também não houve registro de estudantes nos níveis básico e abaixo do básico. Os resultados indicam elevada concentração nos níveis adequado e avançado, acompanhada de percentual de participação superior ao observado em Língua Portuguesa.

A análise dos indicadores foi complementada pelas considerações da Comissão responsável pela avaliação do PME, que examinou os níveis de proficiência apresentados pelos estudantes nas áreas de Leitura, Escrita e Matemática. Os apontamentos permitem identificar não apenas os resultados relacionados ao processo de alfabetização, mas também a permanência de dificuldades em etapas posteriores da escolarização.

Em Leitura, a equipe observa que a maioria dos estudantes apresenta proficiência adequada, enquanto os percentuais classificados como insuficientes, correspondentes ao nível 1 da escala de proficiência, variam entre 0% e 17%. Embora os resultados indiquem predominância de desempenhos satisfatórios, permanece a necessidade de intervenções pedagógicas direcionadas aos estudantes que ainda não desenvolveram as competências leitoras esperadas. A comissão destaca atenção especialmente aos anos finais da rede municipal, buscando reduzir os percentuais de proficiência insuficiente.

Na Escrita, os níveis considerados insuficientes — níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência — também apresentam percentuais entre 0% e 17%. Diante desses resultados, a equipe aponta a necessidade de fortalecer as práticas relacionadas à produção textual, à ortografia e ao acompanhamento pedagógico, novamente com atenção às dificuldades identificadas nos anos finais da rede municipal. O objetivo é favorecer a progressiva consolidação das habilidades de escrita entre todos os estudantes.

Em Matemática, os resultados apresentam diferenças mais acentuadas entre as etapas e redes de ensino. Nos anos iniciais, os percentuais de estudantes nos níveis 1 e 2 da escala de proficiência, considerados insuficientes, variam entre 4% e 6%. Nos anos finais, entretanto, alcançam 15% na rede estadual e 50% na rede municipal. Esse cenário evidencia maior concentração das dificuldades nessa etapa, especialmente na rede municipal, e reforça a necessidade apontada pela Comissão de intensificar as intervenções pedagógicas, a recuperação contínua e as estratégias destinadas à consolidação dos conceitos e habilidades matemáticas.

O fortalecimento dos processos pedagógicos de alfabetização permanece em execução, envolvendo a articulação entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, a formação continuada dos professores alfabetizadores e o acompanhamento pedagógico dos estudantes. Entre as iniciativas desenvolvidas estão o Programa Alfabetiza Tchê e a Avaliação da Fluência Leitora, além de outras ações destinadas ao acompanhamento das aprendizagens. Conforme registrado pela equipe, apesar dos avanços observados, ainda é necessário ampliar as intervenções para que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Essa necessidade também é evidenciada pelo ICA de 2025, que alcançou 66%, permanecendo 14 pontos percentuais abaixo da meta de 80% definida para Nova Palma.

O uso de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras vem sendo estimulado nas redes de ensino. Na rede municipal, foram disponibilizados computadores aos professores e laboratório de informática aos estudantes. Na rede estadual, alunos e docentes possuem acesso a Chromebooks, e-mail institucional e ferramentas como Classroom e Meet, acompanhados de formação para sua utilização. Esses recursos ampliam as possibilidades metodológicas e podem subsidiar diferentes estratégias voltadas à alfabetização e à aprendizagem.

Para as crianças residentes no campo, continuam sendo desenvolvidas ações de apoio à alfabetização que buscam considerar a identidade cultural e as características das comunidades. A equipe destaca o trabalho com Educação Patrimonial, desenvolvido transversalmente ao currículo, envolvendo iniciativas de valorização da cultura local, fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território e aproximação dos estudantes com o Geoparque Quarta Colônia.

A formação dos professores alfabetizadores também permanece como ação contínua. O município promove atividades de formação continuada, incentiva a utilização de tecnologias e práticas pedagógicas diversificadas e divulga oportunidades de formação inicial, continuada e de pós-graduação oferecidas pelo Ministério da Educação e por outras instituições. Entre as iniciativas mencionadas estão o Programa Alfabetiza Tchê e as ações vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

No âmbito da Educação Especial, seguem sendo desenvolvidas medidas destinadas a oportunizar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando suas necessidades e especificidades. Para apoiar o processo educacional, o município disponibiliza monitores

escolares, Educadora Especial e Equipe Multiprofissional, buscando oferecer suporte adequado às demandas apresentadas pelos estudantes.

As formas alternativas de apoio à aprendizagem no contraturno encontram-se em desenvolvimento, com atividades de reforço e intervenções pedagógicas destinadas principalmente aos estudantes que apresentam dificuldades. Entre as ações mencionadas pela equipe estão o Projeto ReCriar, o Projeto Despertando – Biblioteca Itinerante e o reforço escolar. Essas iniciativas ampliam as oportunidades de acompanhamento e intervenção para além do período regular de aula.

A articulação com a Assistência Social e a Saúde, associada à participação das famílias no processo de alfabetização, também vem sendo fortalecida. Entre as ações desenvolvidas estão o Programa Saúde na Escola (PSE), com atividades de prevenção e cuidado, os atendimentos psicológico, fonoaudiológico e odontológico e a atuação da Rede de Apoio à Escola (RAE). A integração desses serviços possibilita considerar fatores que podem interferir na aprendizagem e ampliar o suporte oferecido aos estudantes e às famílias.

A utilização de instrumentos periódicos de avaliação e monitoramento da alfabetização permanece incorporada às ações municipais. Nova Palma participa de avaliações externas e utiliza seus resultados para acompanhar as aprendizagens e orientar o planejamento das intervenções pedagógicas. Entre os instrumentos mencionados estão o SAEB, o SAERS e a Avaliação da Fluência Leitora. Os resultados obtidos fornecem elementos para identificar habilidades já consolidadas e dificuldades que necessitam de intervenção, contribuindo para o direcionamento das ações voltadas à alfabetização.

VI – TEMPO INTEGRAL

META 6	PRAZO
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.	**2025**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

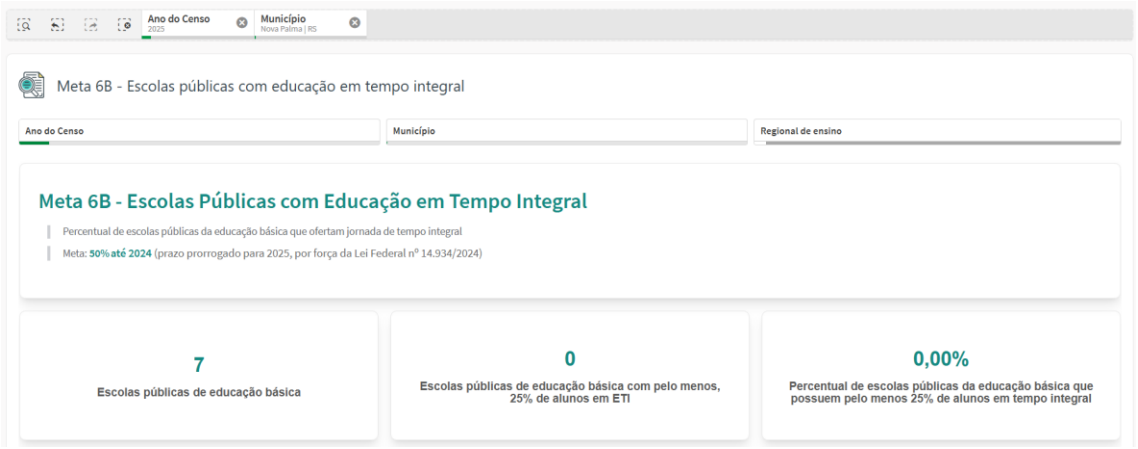
Em relação ao Indicador 6A, que estabelece o atendimento de, no mínimo, 25% dos estudantes da Educação Básica pública em jornada de tempo integral, os dados referentes a 2025 demonstram que Nova Palma não registrava matrículas enquadradas nesse regime de atendimento. Considerando as 812 matrículas existentes na rede pública de Educação Básica, o percentual de estudantes atendidos em tempo integral corresponde, portanto, a 0%, situando-se 25 pontos percentuais abaixo do objetivo estabelecido pelo PME.



- *Fonte Painel TCE RS*

No que se refere ao Indicador 6B, Nova Palma conta com sete escolas públicas de Educação Básica, sendo três pertencentes à rede municipal e quatro à rede estadual. Desse total,

nenhuma instituição atendia ao critério considerado para a Educação em Tempo Integral em 2025.



- *Fonte Painel TCE RS*

Os dois indicadores demonstram que, ao final do período avaliado, os objetivos quantitativos estabelecidos para a Educação em Tempo Integral não foram alcançados. Embora sejam desenvolvidas atividades complementares e iniciativas de ampliação da jornada, os dados oficiais de 2025 não registram estudantes ou escolas enquadrados nos critérios utilizados para aferição dos Indicadores 6A e 6B. Essa diferenciação é necessária, uma vez que a realização de oficinas, projetos ou atividades no contraturno não caracteriza automaticamente a oferta de Educação em Tempo Integral considerada para o monitoramento da meta.

A ampliação da jornada escolar permanece em desenvolvimento no município. Conforme informado pela equipe responsável pela avaliação, são realizadas ações pedagógicas, culturais e esportivas destinadas a ampliar as oportunidades educacionais dos estudantes, condicionadas à disponibilidade de recursos financeiros, infraestrutura e programas de apoio dos governos federal e estadual. Apesar dessas iniciativas, os indicadores de 2025 demonstram que ainda não havia matrículas caracterizadas como Educação em Tempo Integral, evidenciando que a ampliação das atividades ainda não se converteu no atendimento quantitativo previsto pela meta.

As ações relacionadas à melhoria e à adequação da infraestrutura necessária à ampliação da jornada também seguem em execução. Nova Palma participa de programas governamentais destinados à qualificação dos espaços escolares e realiza investimentos em

manutenção, adequações físicas e aquisição de equipamentos, de acordo com a disponibilidade de recursos e com os programas vigentes. A continuidade dessas iniciativas constitui um dos elementos necessários para criar condições estruturais para uma futura expansão da Educação em Tempo Integral.

A articulação com instituições públicas e privadas para ampliar as oportunidades oferecidas aos estudantes no contraturno vem sendo incentivada. O município busca estabelecer parcerias que possibilitem a realização de atividades educacionais, culturais e esportivas, considerando as ofertas disponíveis na região. Essas iniciativas ampliam as experiências formativas dos estudantes, embora não correspondam necessariamente à jornada mínima utilizada para caracterizar a matrícula em tempo integral.

Para os estudantes público-alvo da Educação Especial, a estratégia de ampliação do acesso à Educação em Tempo Integral encontra-se em processo de implementação. O município assegura o Atendimento Educacional Especializado de acordo com as necessidades identificadas e informa que são promovidas ações destinadas à ampliação gradativa do tempo integral, observadas as condições da rede. Contudo, diante da inexistência de matrículas em tempo integral registrada em 2025, não há elementos que permitam considerar efetivada a oferta prevista especificamente por essa estratégia.

Por fim, são mantidas atividades complementares no contraturno escolar, envolvendo oficinas pedagógicas, culturais e esportivas destinadas aos estudantes da Educação Básica. Essas ações buscam fortalecer as aprendizagens e favorecer o desenvolvimento integral. Para fins de avaliação do PME, entretanto, é necessário distinguir a oferta dessas atividades da Educação em Tempo Integral propriamente dita, uma vez que os dados utilizados para os Indicadores 6A e 6B apontam 0% de estudantes e 0% de escolas atendidos segundo os critérios estabelecidos para essa modalidade de jornada.

VII – APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA E IDEB

META 7	PRAZO
Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.	**2021**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 7 tem como objetivo fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades de ensino, promovendo a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as metas estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para seu acompanhamento, são considerados o Indicador 7A, referente à média do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental; o Indicador 7B, correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental; e o Indicador 7C, relativo ao Ensino Médio.

O IDEB constitui importante indicador da qualidade educacional por combinar informações referentes ao desempenho dos estudantes nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) com dados de fluxo escolar. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, são considerados os resultados dos estudantes do 5º ano e as respectivas taxas de aprovação; nos anos finais, os resultados do 9º ano; e, no Ensino Médio, o desempenho dos estudantes da 3ª série, igualmente associado aos indicadores de rendimento da etapa.

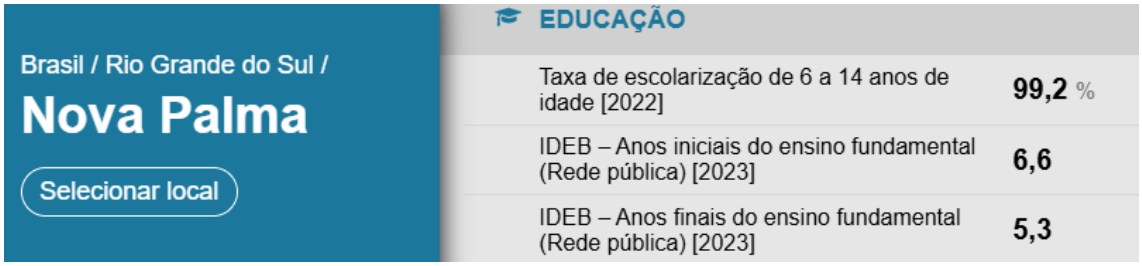
Cabe destacar que nem todas as instituições de ensino possuem IDEB calculado e divulgado. Entre as situações que podem impedir a disponibilização do índice estão a existência de número insuficiente de estudantes nas etapas avaliadas, a ausência das informações de movimento e rendimento necessárias ao cálculo, o não alcance do número mínimo de participantes na aplicação do SAEB e a participação inferior aos critérios estabelecidos pelo INEP.

Também devem ser consideradas as particularidades relacionadas às escolas do campo, uma vez que instituições localizadas em área rural ou que atendem predominantemente estudantes residentes no meio rural podem apresentar condições específicas de participação e

divulgação dos resultados, devendo-se observar os critérios estabelecidos para a composição dos respectivos indicadores.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INEP, os resultados alcançados por Nova Palma até 2023 permitem observar diferenças entre as etapas avaliadas. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o IDEB alcançou 6,6, resultado superior ao registrado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Nos anos finais, o município obteve IDEB 5,3, indicando desempenho inferior ao observado nos anos iniciais. Esses resultados devem ser analisados conjuntamente com os demais indicadores de aprendizagem e fluxo escolar, permitindo identificar tanto os avanços quanto os aspectos que ainda requerem maior atenção.

Outro elemento relacionado à trajetória educacional corresponde ao acesso ao Ensino Fundamental. Em 2022, 99,2% da população de 6 a 14 anos encontrava-se em atendimento escolar, resultado que demonstra elevada cobertura e proximidade da universalização do acesso à escolarização obrigatória nessa faixa etária.



- *Fonte IBGE-Panorama Cidades*

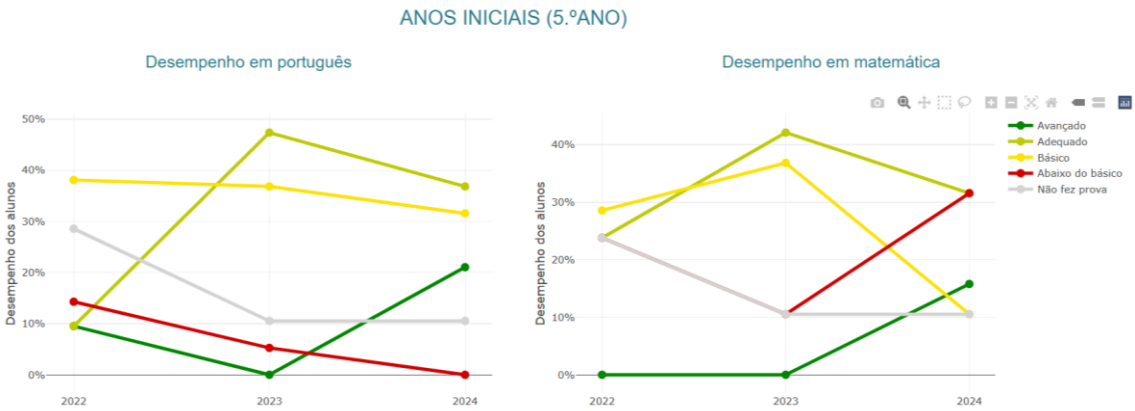
No Índice de Qualidade da Educação dos Anos Iniciais (IQI), que possibilita acompanhar aspectos relacionados à proficiência e à evolução da aprendizagem dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, Nova Palma apresentou evolução no período analisado. O índice passou de 35,23 em 2022 para 64,71 em 2023, representando avanço de 29,48 pontos. Em 2024, alcançou 66,96, registrando novo crescimento, de 2,25 pontos, em relação ao ano anterior e permanecendo significativamente acima do resultado observado em 2022. A trajetória evidencia, portanto, expressiva elevação entre 2022 e 2023, seguida pela manutenção da tendência de crescimento em 2024.

Os resultados do SAERS 2024 permitem aprofundar a análise das aprendizagens dos estudantes do 5º ano. Do total previsto para participar da avaliação, 10,53% dos alunos não

realizaram a prova, aspecto que também deve ser considerado na interpretação dos percentuais de desempenho.

Em Língua Portuguesa, 21,05% dos estudantes alcançaram o nível avançado e 36,84% situaram-se no nível adequado, totalizando 57,89% nos níveis adequado e avançado. Outros 31,58% permaneceram no nível básico e não houve estudantes classificados no nível abaixo do básico.

Dessa forma, a maior parcela dos resultados concentra-se nos níveis adequado ou avançado em Língua Portuguesa, com presença significativa também no nível mais elevado de proficiência. Entretanto, os 31,58% situados no nível básico demonstram que permanece um grupo de estudantes que necessita avançar na consolidação das habilidades esperadas para a etapa. A continuidade do acompanhamento pedagógico e das intervenções direcionadas às dificuldades identificadas mostra-se relevante para ampliar progressivamente a proporção de estudantes nos níveis mais elevados de aprendizagem.

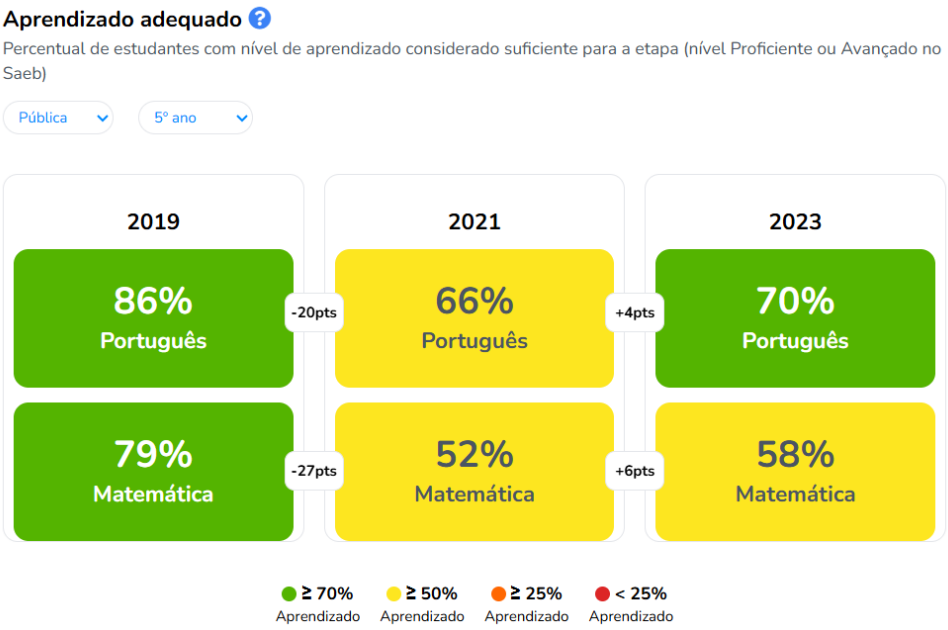


- *Fonte: https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados*

Em Matemática, o cenário apresenta desafios mais acentuados. Do total considerado, 15,79% dos estudantes alcançaram o nível avançado e 31,58% apresentaram desempenho adequado, totalizando 47,37% nos níveis adequado e avançado. Por outro lado, 10,53% situaram-se no nível básico e 31,58% no nível abaixo do básico, fazendo com que 42,11% permaneçam nos dois níveis inferiores de desempenho.

Os resultados de Matemática evidenciam, portanto, diferença importante em relação à Língua Portuguesa. Enquanto nesta última 57,89% dos resultados encontram-se nos níveis adequado ou avançado, em Matemática esse percentual corresponde a 47,37%, diferença de 10,52 pontos percentuais. Além disso, a concentração de 42,11% nos níveis básico ou abaixo do básico sinaliza a necessidade de atenção às habilidades matemáticas ainda não consolidadas. O acompanhamento dos resultados, associado a intervenções pedagógicas direcionadas, estratégias de recomposição das aprendizagens e apoio aos estudantes com maiores dificuldades, constitui elemento importante para a melhoria progressiva do desempenho nessa área.

Os resultados do SAEB reforçam a diferença observada entre as áreas do conhecimento. Em Língua Portuguesa, 70% dos estudantes do 5º ano alcançaram níveis de aprendizagem considerados adequados (Proficiente e Avançado), enquanto, em Matemática, esse percentual correspondeu a 58%. Embora os resultados do SAEB e do SAERS não devam ser comparados diretamente, em razão das diferenças metodológicas, dos critérios de classificação e das escalas utilizadas, os dois instrumentos apresentam uma tendência convergente: desempenho mais favorável em Língua Portuguesa e desafios mais acentuados relacionados à aprendizagem matemática.



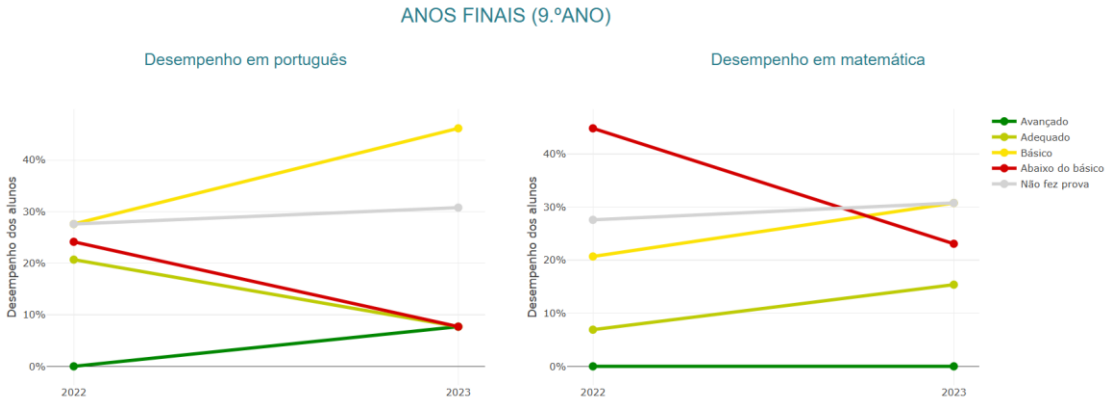
- *Fonte: QEdu* RS

Em relação ao Índice de Qualidade da Educação dos Anos Finais (IQF), que permite acompanhar aspectos relacionados ao desempenho dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, Nova Palma registrou índice de 27,58 em 2022, com elevação para 37,60 em 2023, o que representa um avanço de 10,02 pontos. Em 2024, houve recuo, com o índice atingindo 31,53, redução de 6,07 pontos em relação ao ano anterior. Apesar da queda registrada no último período, o resultado de 2024 permaneceu 3,95 pontos acima daquele observado em 2022, demonstrando oscilação no desempenho ao longo da série analisada.

Os resultados do SAERS 2024, referentes aos estudantes do 9º ano, acrescentam elementos importantes a essa análise e evidenciam desafios mais acentuados quando comparados aos observados nos anos iniciais. Um aspecto que merece atenção é a participação na avaliação: 30,77% dos estudantes previstos não realizaram a prova, percentual correspondente a aproximadamente três em cada dez estudantes esperados, ou quase um em cada três. A não participação de parcela significativa dos estudantes deve ser considerada na interpretação dos resultados, uma vez que reduz a abrangência da avaliação sobre o conjunto da etapa.

Em Língua Portuguesa, 7,69% dos estudantes alcançaram o nível avançado e 7,69% apresentaram desempenho adequado, totalizando 15,38% nos níveis adequado e avançado. Outros 46,15% situaram-se no nível básico e 7,69% no nível abaixo do básico, correspondendo a 53,84% nos dois níveis inferiores de proficiência.

A distribuição dos resultados demonstra que uma parcela reduzida alcançou os níveis de aprendizagem considerados adequado ou avançado para a etapa, enquanto mais da metade dos estudantes previstos permaneceu nos níveis básico ou abaixo do básico. O cenário evidencia a necessidade de fortalecer as ações pedagógicas direcionadas às habilidades de leitura, interpretação, compreensão e produção textual, com atenção especial aos estudantes que apresentam maiores dificuldades e defasagens de aprendizagem.



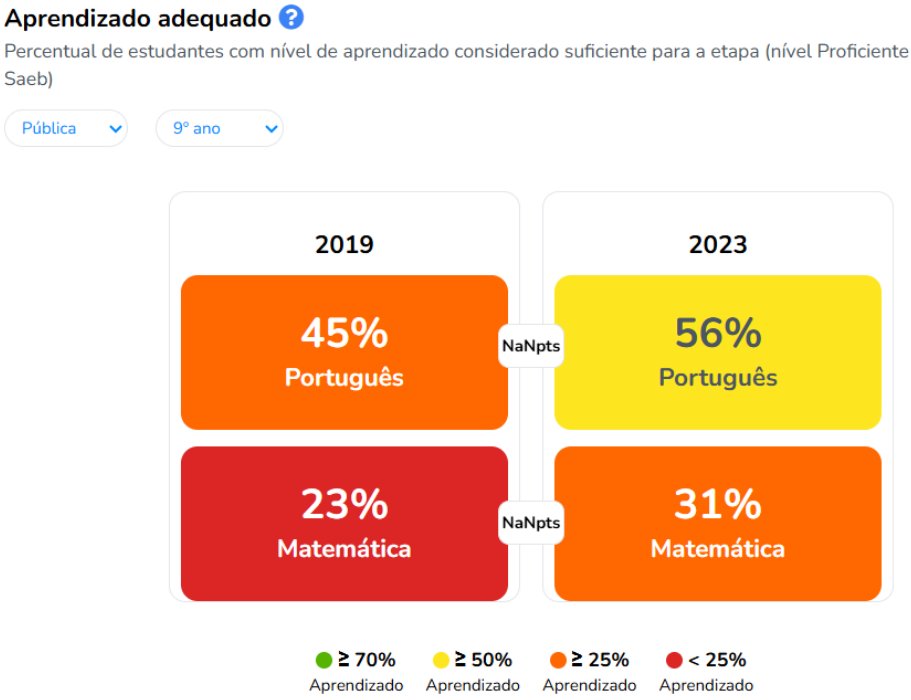
- *Fonte: https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados*

Em Matemática, os resultados também revelam desafios importantes. Nenhum dos estudantes alcançou o nível avançado e 15,38% situaram-se no nível adequado. Em contrapartida, 30,77% permaneceram no nível básico e 23,08% no nível abaixo do básico, fazendo com que 53,85% dos resultados estejam concentrados nos dois níveis inferiores de desempenho.

A distribuição evidencia que 15,38% dos estudantes previstos alcançaram o nível adequado em Matemática, sem registro no nível avançado, enquanto 53,85% permaneceram nos níveis básico ou abaixo do básico. A presença de 23,08% no nível abaixo do básico merece atenção particular, por indicar um grupo significativo de estudantes com dificuldades na consolidação das habilidades matemáticas esperadas ao final do Ensino Fundamental.

A comparação entre as duas áreas avaliadas pelo SAERS demonstra que 15,38% dos resultados tanto de Língua Portuguesa quanto de Matemática encontram-se nos níveis adequado ou avançado. Embora a proporção seja a mesma, a distribuição interna apresenta diferenças: em Língua Portuguesa, 7,69% alcançaram o nível avançado e 7,69% o adequado, enquanto, em Matemática, não houve estudantes no nível avançado e 15,38% situaram-se no adequado. Além disso, o percentual no nível abaixo do básico foi superior em Matemática, alcançando 23,08%, diante de 7,69% em Língua Portuguesa. Esses resultados apontam desafios em ambas as áreas e indicam a necessidade de acompanhamento das habilidades não consolidadas, intervenções pedagógicas direcionadas e estratégias de recomposição das aprendizagens.

Os resultados do SAEB apresentam tendência semelhante quanto às dificuldades mais acentuadas em Matemática. Em Língua Portuguesa, 56% dos estudantes do 9º ano alcançaram níveis de aprendizagem considerados adequados, indicando que mais da metade atingiu o padrão considerado esperado na avaliação, enquanto 44% permaneceram abaixo desse patamar. Em Matemática, o percentual de estudantes nos níveis adequados correspondeu a apenas 31%, evidenciando dificuldades mais expressivas nessa área do conhecimento.



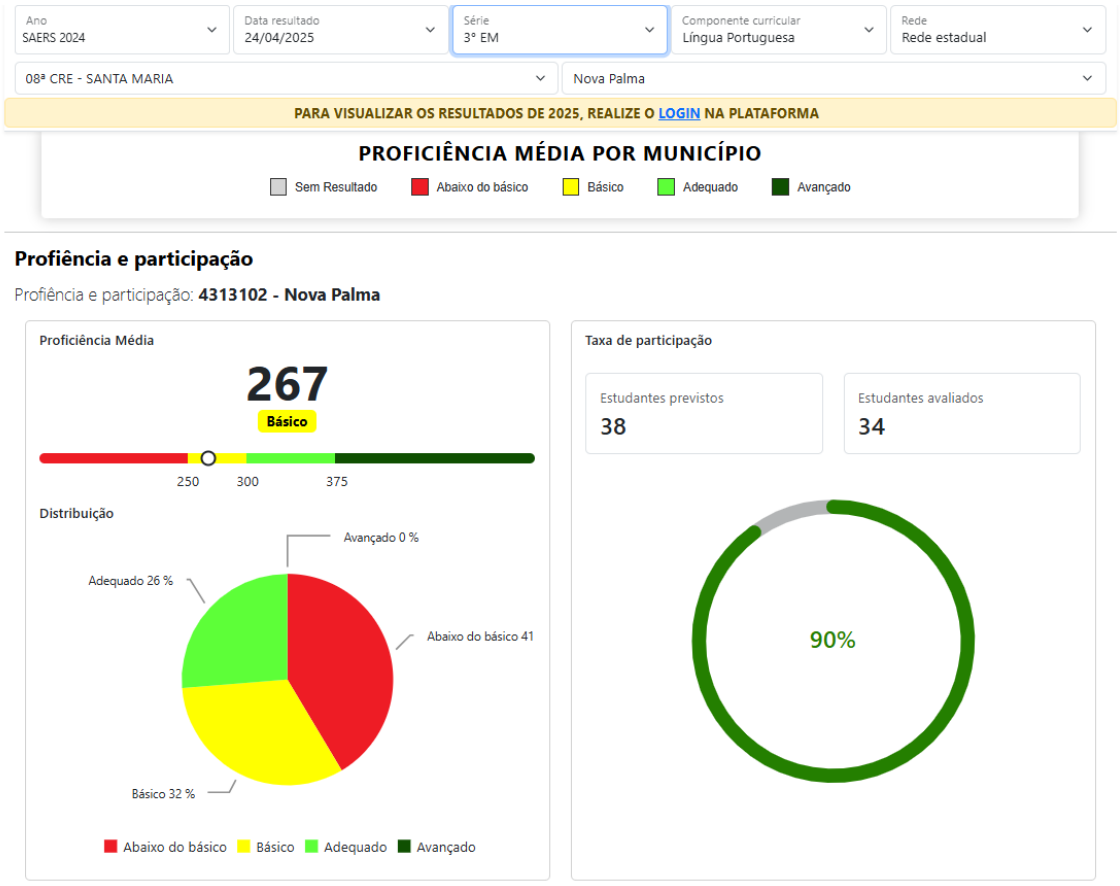
- *Fonte: QEdu* RS

No Ensino Médio, o resultado disponível para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública de Nova Palma refere-se a 2023, quando foi registrado índice de 4,8.

Os resultados do SAERS 2024, referentes à 3ª série do Ensino Médio, possibilitam complementar e aprofundar essa análise, especialmente no que se refere às aprendizagens demonstradas pelos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Estavam previstos 38 estudantes para a realização da avaliação, dos quais 34 participaram, correspondendo a uma taxa de participação de aproximadamente 89,5%.

Em Língua Portuguesa, nenhum estudante alcançou o nível avançado, enquanto 26% foram classificados no nível adequado. Outros 32% situaram-se no nível básico e 41% no nível abaixo do básico, fazendo com que 73% dos estudantes avaliados permanecessem nos dois níveis inferiores de desempenho.

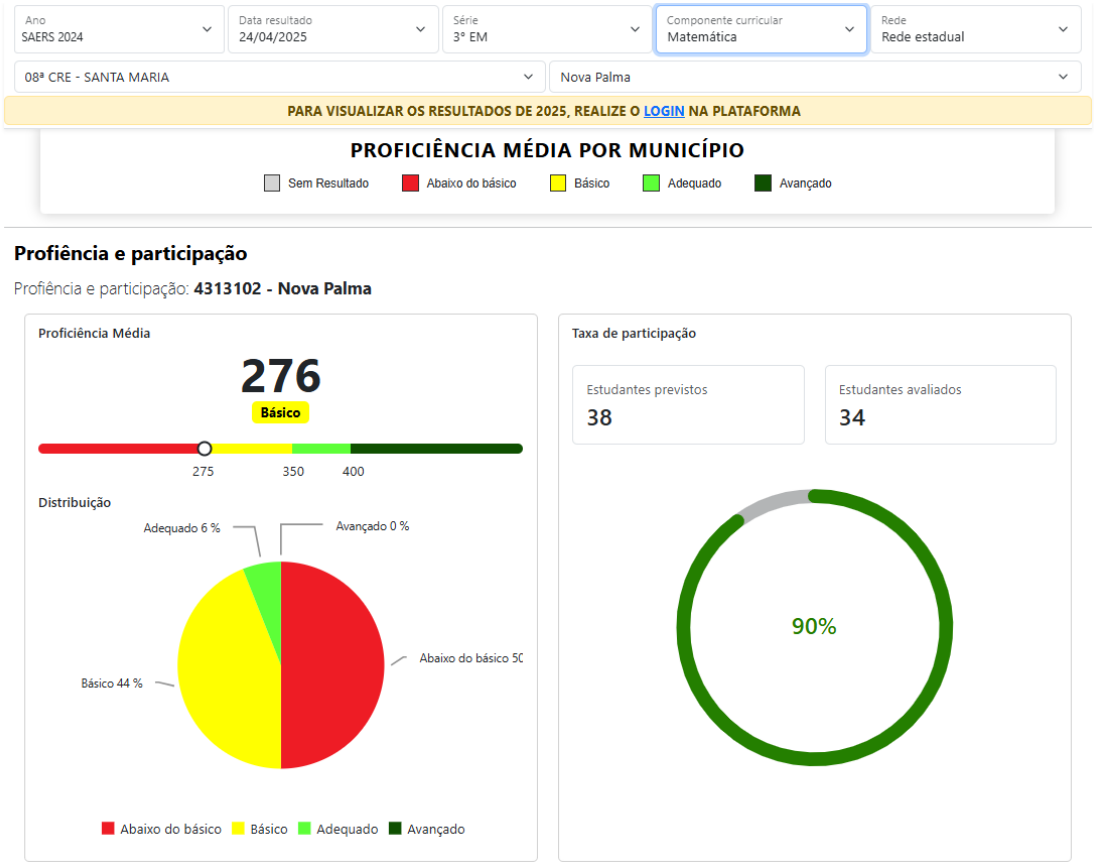
Os resultados demonstram que 26% dos estudantes alcançaram o nível adequado em Língua Portuguesa, sem registro de estudantes no nível avançado, enquanto aproximadamente três quartos permaneceram nos níveis básico ou abaixo do básico. A concentração de 32% no nível básico demonstra que parcela expressiva dos estudantes apresenta habilidades ainda em processo de consolidação ao final da Educação Básica. A presença de 41% no nível abaixo do básico evidencia dificuldades mais acentuadas em relação às aprendizagens esperadas para a etapa, reforçando a importância do acompanhamento das habilidades relacionadas à leitura, interpretação, compreensão e produção textual.



- *Fonte: https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados*

Em Matemática, o cenário mostra-se ainda mais desafiador. Nenhum estudante foi classificado no nível avançado e apenas 6% alcançaram o nível adequado. Entre os demais, 44% situaram-se no nível básico e 50% no nível abaixo do básico, totalizando 94% dos estudantes avaliados nos dois níveis inferiores de proficiência.

A distribuição dos resultados evidencia fragilidades expressivas na aprendizagem matemática ao final do Ensino Médio. A concentração de 50% dos estudantes no nível abaixo do básico, somada aos 44% situados no nível básico, resulta em 94% dos participantes nos dois níveis inferiores de desempenho. A ausência de estudantes no nível avançado e a presença de apenas 6% no nível adequado constituem importantes pontos de atenção para essa etapa. Os dados indicam a necessidade de fortalecer as ações voltadas à recomposição e à consolidação das aprendizagens, com acompanhamento sistemático dos resultados e intervenções pedagógicas direcionadas às competências e habilidades matemáticas que apresentam maiores defasagens.



- *Fonte: https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados*

No que se refere ao alcance dos níveis de aprendizagem previstos para os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a estratégia permanece em execução, mediante o acompanhamento contínuo dos indicadores de aprendizagem, a implementação de estratégias pedagógicas e o desenvolvimento de ações voltadas à recomposição das aprendizagens, buscando avançar em direção aos parâmetros de desempenho estabelecidos no Plano Municipal de Educação.

O processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica também se encontra em execução, contemplando a utilização de instrumentos de planejamento e monitoramento, o fortalecimento da gestão democrática e a implementação de ações direcionadas à melhoria contínua da qualidade educacional.

Quanto à formalização e execução do Plano de Ações Articuladas (PAR), a estratégia segue em desenvolvimento, por meio do acompanhamento das ações previstas e da colaboração com a União, abrangendo iniciativas relacionadas à gestão educacional, à formação dos profissionais da educação, à infraestrutura escolar e à qualificação da Educação Básica.

Na Educação Especial, são realizadas ações de orientação e acompanhamento dos profissionais, com utilização de instrumentos de avaliação e monitoramento que subsidiam a análise e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e do atendimento aos estudantes. Embora a estratégia esteja registrada como em execução, o apontamento da equipe informa que a ação foi executada, demonstrando a realização das atividades previstas.

A orientação dos estabelecimentos de ensino para o alcance das metas do IDEB foi executada, envolvendo o acompanhamento dos indicadores educacionais e a implementação de estratégias pedagógicas direcionadas à melhoria da aprendizagem e à redução das diferenças de desempenho entre as unidades escolares.

Também foi efetivada a estratégia relacionada ao incentivo à utilização de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras. As ações desenvolvidas buscam contribuir para a aprendizagem e o fluxo escolar, respeitando a diversidade de metodologias de ensino e possibilitando o acompanhamento dos resultados.

A garantia de transporte escolar gratuito aos estudantes da educação do campo encontra-se assegurada, com oferta do serviço em condições de segurança, favorecendo o acesso e a permanência na escola e contribuindo para a redução da evasão escolar e para o cumprimento da legislação vigente.

Em relação ao acesso às tecnologias da informação e comunicação, a estratégia foi executada mediante a ampliação do acesso à internet, a disponibilização de equipamentos tecnológicos e a incorporação de recursos digitais às práticas pedagógicas, favorecendo novas possibilidades para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

A participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos também constitui uma ação implementada no município. A atuação da comunidade nos processos decisórios e no acompanhamento da utilização dos recursos contribui para ampliar a transparência, a responsabilidade coletiva e os mecanismos de gestão democrática.

Os programas suplementares destinados aos estudantes da Educação Básica estão contemplados, abrangendo material didático, transporte escolar, alimentação e ações de promoção à saúde. Essas iniciativas proporcionam suporte às condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Quanto às condições de infraestrutura das escolas públicas, a estratégia foi executada por meio de ações de manutenção e melhoria dos espaços escolares, contemplando condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e ambientes destinados às atividades esportivas e culturais e ao desenvolvimento das práticas pedagógicas.

A atualização dos equipamentos das escolas públicas, em colaboração com o Ministério da Educação e por meio de programas como o PAR e o ProInfo, permanece em execução. O processo ocorre gradativamente e busca qualificar os ambientes de aprendizagem e ampliar as oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes.

Da mesma forma, segue em andamento a ampliação dos equipamentos e recursos tecnológicos das escolas municipais, acompanhada da melhoria do acesso à internet e do fortalecimento das condições necessárias à utilização pedagógica das tecnologias e das bibliotecas escolares.

A informatização da gestão das escolas públicas municipais e da Secretaria Municipal de Educação encontra-se em processo de implementação. Além da informatização gradual dos procedimentos, são ofertadas ações de formação inicial e continuada aos profissionais, com o propósito de qualificar os processos administrativos, pedagógicos e de gestão.

As políticas de prevenção e enfrentamento à violência no ambiente escolar permanecem em desenvolvimento, envolvendo ações preventivas, capacitação dos profissionais da educação, articulação com a rede de proteção e iniciativas destinadas à promoção da cultura de paz, da segurança e do bem-estar da comunidade escolar.

A inclusão da história e das culturas afro-brasileira e indígena nos currículos escolares está implementada, contemplando conteúdos curriculares, projetos pedagógicos e ações educativas destinadas à valorização da diversidade étnico-racial, em conformidade com a legislação vigente.

No âmbito da educação do campo, encontra-se efetivada a estratégia destinada à valorização da identidade cultural das comunidades, ao desenvolvimento de projetos contextualizados e à participação da comunidade escolar na organização das práticas pedagógicas e nos processos de gestão.

Também foram implementadas propostas pedagógicas contextualizadas à realidade das escolas do campo, considerando os aspectos culturais das respectivas comunidades, o fortalecimento das práticas socioculturais e a inclusão dos estudantes com deficiência.

A mobilização das famílias e de diferentes setores da sociedade civil constitui outra estratégia executada, ocorrendo por meio da participação da comunidade escolar e da articulação com diferentes segmentos sociais. As ações buscam fortalecer a corresponsabilidade pela educação, o exercício da cidadania e o acompanhamento das políticas públicas educacionais.

A articulação entre a educação e outras políticas públicas também está consolidada, envolvendo parcerias com as áreas da saúde, assistência social, cultura, esporte e outros setores. Essa atuação intersetorial contribui para o fortalecimento da rede de apoio às famílias e para a criação de condições favoráveis à permanência e ao desenvolvimento dos estudantes.

Em relação às ações especificamente destinadas à promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde física, mental e emocional dos profissionais da educação, a estratégia está registrada como não executada. Entretanto, o apontamento apresentado pela equipe técnica informa a existência de ações voltadas a essas finalidades, indicando uma divergência entre a classificação atribuída à estratégia e a descrição registrada, aspecto que demanda confirmação para que sua situação possa ser adequadamente definida.

A formação de leitores e a qualificação dos profissionais para atuação como mediadores da leitura permanecem em execução, por meio de projetos e ações de incentivo à leitura, formação continuada dos profissionais da educação e desenvolvimento de práticas de mediação leitora, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura.

O apoio aos estabelecimentos de ensino para participação em programas nacionais relacionados à melhoria do desempenho no IDEB foi executado, envolvendo o

acompanhamento dos indicadores educacionais, a orientação às escolas e o incentivo à implementação de ações destinadas à melhoria da aprendizagem e dos resultados educacionais.

VIII – ESCOLARIDADE MÉDIA

META 8	PRAZO
Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	**2024**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

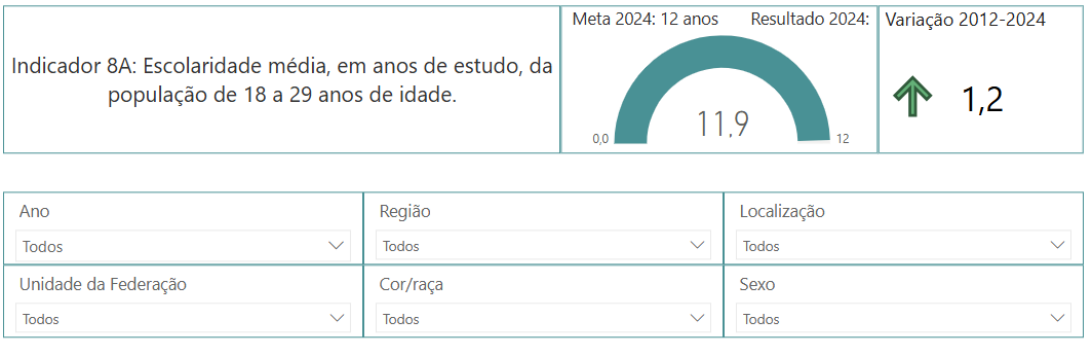
A Meta 8 tem como objetivo elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, buscando alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo até o final da vigência do Plano, com atenção especial às populações do campo, aos grupos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e aos 25% mais pobres, além de promover a redução das desigualdades educacionais entre diferentes grupos da população, conforme indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o município, não foram localizados dados oficiais atualizados que possibilitem aferir diretamente os indicadores previstos para essa meta. A indisponibilidade dessas informações impede determinar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos no município e, consequentemente, verificar estatisticamente se os objetivos estabelecidos no PME foram alcançados.

Diante dessa limitação, são utilizados como referência complementar indicadores nacionais provenientes do último Censo Demográfico e de bases oficiais disponíveis. Esses resultados não permitem inferir a situação específica de Nova Palma, mas contribuem para contextualizar os desafios relacionados à escolaridade da população jovem e às desigualdades educacionais existentes no país.

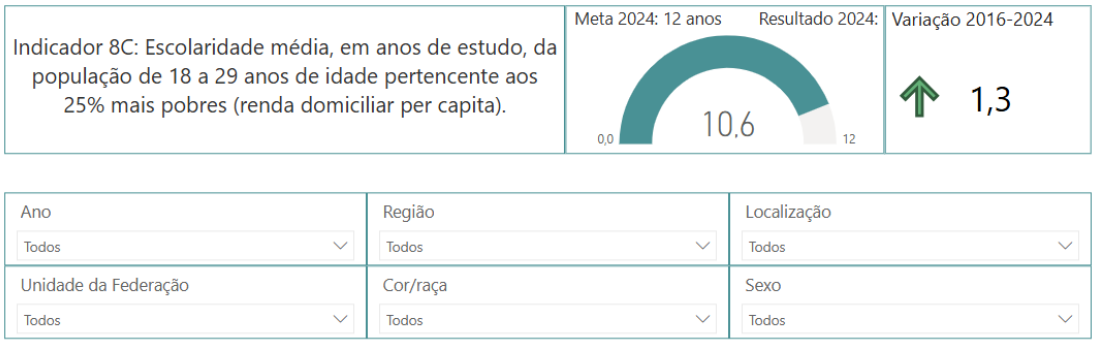
Os dados nacionais demonstram que 11,9% da população de 18 a 29 anos possui menos de 12 anos de escolaridade. O percentual evidencia que uma parcela dos jovens

brasileiros ainda não alcançou esse patamar educacional, demonstrando que a ampliação da escolaridade permanece como um desafio relevante para as políticas públicas.



- *Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE 2022/2024*

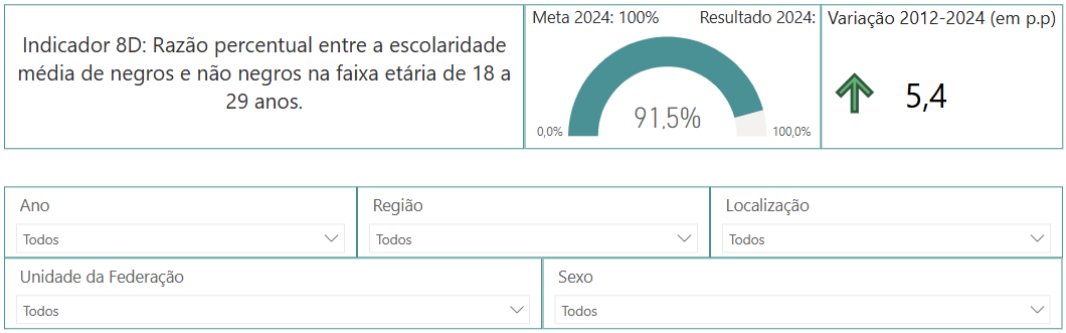
Entre os 25% mais pobres da população nessa mesma faixa etária, 10,6% possuem menos de 12 anos de estudo. O indicador contribui para compreender a relação existente entre condições socioeconômicas e trajetória educacional e reforça a importância de políticas destinadas a assegurar acesso, permanência, conclusão da Educação Básica e continuidade dos estudos entre as populações em situação de maior vulnerabilidade.



- *Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE 2022/2024*

No que se refere ao Indicador 8D, que corresponde à razão percentual entre a escolaridade média da população negra e da população não negra na faixa etária de 18 a 29 anos, os dados nacionais apontam índice de 91,5%, permanecendo abaixo da referência de

100% estabelecida para a equiparação entre os grupos. O resultado demonstra que, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, ainda persistem desigualdades na trajetória educacional da população brasileira, reforçando a necessidade de políticas orientadas pela equidade e pela igualdade de oportunidades.



- *Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE 2022/2024*

Em relação às estratégias previstas para o alcance da meta, as ações destinadas à correção do fluxo escolar, ao acompanhamento dos estudantes e à recuperação das aprendizagens permanecem em execução. Entre as iniciativas desenvolvidas estão as atividades compensatórias de infrequência, os Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC) e a oferta de atividades domiciliares aos estudantes que apresentam atestado de saúde. Essas medidas possibilitam atender diferentes situações que possam comprometer a frequência e a continuidade do processo de aprendizagem.

A oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) também permanece em execução, mediante a organização das turmas destinadas a essa modalidade. A iniciativa está relacionada à possibilidade de retomada e continuidade da escolarização por jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica na idade prevista.

Quanto ao incentivo à oferta gratuita de Educação Profissional Técnica para os segmentos populacionais contemplados pela meta, a estratégia foi classificada como em execução, sendo registrada pela equipe técnica a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral. Considerando que o apontamento apresentado se refere especificamente à ampliação da jornada escolar no Ensino Médio, não há informações adicionais que permitam identificar,

no âmbito desta avaliação, a efetivação da oferta concomitante de Educação Profissional Técnica prevista originalmente na estratégia.

O acompanhamento do acesso, da frequência e da permanência escolar dos segmentos populacionais considerados na meta segue em desenvolvimento por meio da articulação entre diferentes políticas públicas. Conforme informado pela equipe técnica, são mantidas parcerias entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação, favorecendo uma atuação conjunta diante das situações que possam interferir na trajetória escolar dos estudantes.

Da mesma forma, as ações de busca ativa dos jovens que se encontram fora da escola permanecem em execução, contando com a parceria do Conselho Tutelar e da Assistência Social. Associam-se a essa atuação a organização de atividades compensatórias de infrequência e, quando necessário, de atividades domiciliares, buscando criar condições para a manutenção do vínculo e a continuidade da escolarização.

IX – ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ANALFABETISMO FUNCIONAL

META 9	PRAZO
Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	**2024**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

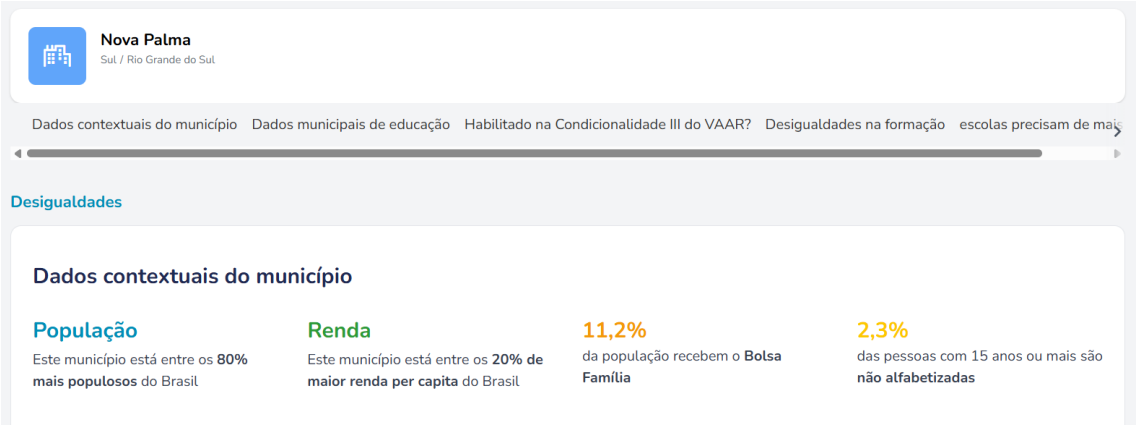
A Meta 9 do Plano Municipal de Educação (PME) visa elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% e erradicar, até o final da vigência do Plano, o analfabetismo absoluto, além de reduzir a taxa de analfabetismo funcional.

Conforme dados do IBGE, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais em Nova Palma é de 97,67%, enquanto no Estado do Rio Grande do Sul esse percentual corresponde a 96,89%. O resultado municipal encontra-se, portanto, 4,17 pontos percentuais acima do patamar de 93,5% estabelecido pela Meta 9, demonstrando que esse objetivo percentual foi alcançado. Entretanto, considerando que a meta também prevê a erradicação do analfabetismo absoluto, o percentual registrado indica que esse objetivo ainda não foi integralmente atingido.



- *Fonte IBGE-Panorama Cidades*

Quanto ao analfabetismo funcional, Nova Palma apresenta índice de 2,3% em 2022, enquanto a referência estadual informada corresponde a 3,1%. O percentual municipal situa-se 0,8 ponto percentual abaixo do indicador estadual, constituindo referência relevante para o acompanhamento das condições de alfabetização e escolaridade da população jovem e adulta. Considerando que a meta estabelece a redução do analfabetismo funcional, a análise de sua evolução ao longo do período depende da existência de dados comparáveis de diferentes anos.



- *Fonte: Qeud*

Entre as estratégias relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), permanece em execução o apoio à oferta gratuita mantida pela rede estadual. O município atua de forma articulada com essa rede, divulgando a modalidade e orientando a população interessada quanto às possibilidades de matrícula, contribuindo para facilitar o acesso à escolarização daqueles que não concluíram a Educação Básica na idade prevista.

O diagnóstico da demanda por Educação de Jovens e Adultos também segue em desenvolvimento. Nova Palma realiza levantamentos das necessidades de escolarização por intermédio das escolas, da Secretaria Municipal de Educação e de ações intersetoriais, buscando identificar jovens e adultos que ainda não concluíram os ensinos Fundamental ou Médio.

As ações de divulgação e busca ativa para a EJA encontram-se igualmente em execução. A comunidade é informada sobre a oferta da modalidade por diferentes meios, incluindo a rádio local, as redes sociais e convites realizados pessoalmente. Quando são

identificadas demandas, também são desenvolvidas iniciativas de busca ativa, ampliando as possibilidades de aproximação com pessoas que possam retomar sua trajetória escolar.

No atendimento aos estudantes da EJA, o município participa das políticas públicas de transporte escolar e desenvolve ações articuladas com a área da saúde, de acordo com as demandas identificadas e a disponibilidade dos programas governamentais. A alimentação escolar também é assegurada por meio da parceria com a União e o Estado. A ampliação dos demais atendimentos previstos na estratégia está condicionada à existência e à disponibilização de programas específicos pelos demais entes federativos, razão pela qual a ação permanece em execução.

Quanto à compatibilização entre a jornada de trabalho e a participação dos trabalhadores na Educação de Jovens e Adultos, a estratégia segue em execução. A oferta da EJA ocorre no período noturno, enquanto as empresas funcionam predominantemente durante o dia, favorecendo a participação dos trabalhadores. Ainda assim, são registradas situações em que estudantes chegam atrasados em decorrência de suas atividades profissionais. Nesses casos, a escola e os professores realizam o acolhimento desses estudantes e, quando necessário, disponibilizam atividades extraclasse para compensar ausências e favorecer a continuidade dos estudos.

As necessidades educacionais da população idosa também são contempladas no âmbito da EJA. A modalidade recebe estudantes a partir dos 15 anos no Ensino Fundamental e dos 18 anos no Ensino Médio, não havendo impedimento à participação de pessoas idosas interessadas em retomar os estudos. Conforme informado pela equipe técnica, esses estudantes são incentivados e acolhidos pela escola, com valorização de suas experiências e dos conhecimentos construídos ao longo da vida. A estratégia permanece, assim, em execução, considerando a continuidade dessas ações e a abrangência das iniciativas previstas para esse público.

X – EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 10	PRAZO
Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	**2025**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 10 do Plano Municipal de Educação tem como objetivo oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos Ensinos Fundamental e Médio, de forma integrada à Educação Profissional, buscando articular a elevação da escolaridade à qualificação profissional e ampliar as possibilidades de inserção social e no mundo do trabalho.

Em Nova Palma, há oferta de Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual de Educação Básica Tiradentes. Entretanto, conforme informado pela equipe técnica, essa oferta não ocorre de forma integrada à Educação Profissional. Dessa forma, não foram identificadas matrículas que atendam ao formato estabelecido pela Meta 10, impossibilitando o alcance do percentual mínimo de 25% previsto para o indicador.

MATRÍCULAS

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

1.53 – Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Faixa Etária, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2025

Região Geográfica	Unidade da Federação	Município	Código do Município	Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA)[1,4]							
				Total	Faixa Etária[5]						
					Até 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 anos ou mais
Sul	Rio Grande do Sul	Nova Palma	4313102	24	0	5	9	3	0	2	2	3

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2025

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas nas seguintes Etapas: EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).

4 - O número de matrículas da EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

5 - A faixa etária é calculada considerando a idade do aluno na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica.

- *Fonte Censo Escolar 2025/INEP*

No que se refere às estratégias da meta, a equipe técnica considerou-as não aplicáveis à realidade da gestão municipal, tendo em vista que a oferta existente de Educação de Jovens e Adultos pertence à rede estadual e não contempla sua integração à Educação Profissional.

Nesse contexto, não se aplicam, no âmbito da gestão municipal, as estratégias relacionadas ao apoio a programas de EJA destinados simultaneamente à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial; ao incentivo de matrículas que articulem a formação inicial e continuada dos trabalhadores à Educação Profissional; e ao fomento de cursos que integrem a Educação de Jovens e Adultos à formação profissional, considerando as características específicas de seu público e das populações do campo e itinerantes.

Pela mesma razão, foram consideradas não aplicáveis as ações destinadas à ampliação das oportunidades de formação profissional para jovens e adultos com deficiência e baixa escolaridade por meio da Educação Profissional; à diversificação curricular da EJA mediante articulação entre formação básica e preparação para o mundo do trabalho; e ao desenvolvimento de materiais didáticos, currículos, metodologias, instrumentos de avaliação, equipamentos, laboratórios e formação continuada de docentes especificamente direcionados à oferta de EJA integrada à Educação Profissional.

Também não se aplica à realidade atualmente existente no município a estratégia destinada ao fomento da formação inicial e continuada de trabalhadores articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, como SENAI, SENAR, SENAC, SESI e SESC, bem como de entidades sem fins lucrativos voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência.

XI – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 11	PRAZO
Reivindicar a implantação de cursos técnicos de ensino médio ou pós médio no município e apoiar a ampliação de matrículas nas escolas técnicas da região. **- Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (PNE)**	**2025**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 11 busca ampliar a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, por meio do apoio à implantação e à expansão de cursos técnicos de nível médio e pós-médio no município e na região, bem como da ampliação das matrículas nessa modalidade de ensino. É importante ressaltar que a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio constitui responsabilidade prioritária do Estado, em colaboração com a União, cabendo ao município atuar na articulação, no apoio e no incentivo às ações voltadas à expansão dessa oferta. A meta também prevê que, no mínimo, 50% da expansão das matrículas ocorra no segmento público, assegurando a qualidade da formação oferecida.

Nova Palma não possui oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, condição que impossibilita aferir, no âmbito municipal, a expansão das matrículas prevista pela meta. Nesse contexto, a atuação da gestão municipal concentra-se principalmente na articulação com outras instituições, na divulgação das oportunidades existentes e no incentivo ao acesso dos estudantes à formação profissional ofertada na região ou por outras modalidades.

Quanto à expansão das matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a estratégia permanece em execução. O município mantém diálogo com instituições federais e entidades representativas e apoia iniciativas destinadas a ampliar a oferta de cursos técnicos e as possibilidades de acesso dos estudantes à Educação Profissional na região.

Também segue em desenvolvimento a articulação junto ao Estado para implantação e ampliação da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual.

Conforme informado pela equipe técnica, o município manifesta, sempre que oportuno, a necessidade de expansão dos cursos técnicos, considerando as demandas locais e regionais relacionadas à formação profissional.

Em relação à Educação Profissional Técnica na modalidade a distância, a estratégia encontra-se em execução mediante a divulgação das oportunidades existentes e o incentivo à participação dos estudantes em cursos técnicos ofertados por instituições públicas. Essa atuação amplia as possibilidades de acesso à formação profissional, especialmente diante da inexistência de oferta presencial dessa modalidade no território municipal.

O estímulo às oportunidades de estágio também permanece em execução, por meio do incentivo a parcerias entre instituições de ensino e organizações locais. Entre as possibilidades mencionadas pela equipe técnica estão iniciativas relacionadas ao CIEE, ao Jovem Aprendiz e a outros programas, observando-se a legislação vigente e o caráter formativo dessas experiências.

A participação em sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi considerada não aplicável à realidade municipal. Conforme registrado pela equipe técnica, não foram desenvolvidas ações de avaliação e acompanhamento da qualidade dessa modalidade pelos sistemas de ensino e pelas instituições ofertantes, tendo em vista a inexistência de oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no município.

No que diz respeito ao acesso das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a estratégia segue em execução. A atuação municipal ocorre por meio da divulgação das oportunidades de formação profissional inclusiva existentes e do apoio aos estudantes no encaminhamento às instituições ofertantes.

A divulgação de programas de assistência estudantil e de outros mecanismos destinados a favorecer a permanência e a conclusão dos cursos técnicos também está em andamento. As escolas divulgam informações referentes a bolsas, auxílios e demais possibilidades de apoio aos estudantes, contribuindo para que aqueles que ingressam em cursos técnicos tenham conhecimento dos recursos disponíveis para sua permanência na formação.

Permanece em execução a articulação relacionada à aproximação entre a formação profissional e as necessidades do mundo do trabalho. O município incentiva o diálogo entre instituições de ensino, setor produtivo e entidades representativas, buscando contribuir para

que as oportunidades de formação profissional estejam relacionadas às características econômicas e sociais da região.

XII – GRADUAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS DE IDADE

META 12	PRAZO
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	**2025**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 12 do Plano Municipal de Educação tem por finalidade elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e garantindo que, no mínimo, 40% das novas matrículas ocorram no segmento público.

Em âmbito nacional, embora o Brasil ainda não tenha atingido os percentuais estabelecidos pela meta, observa-se avanço nos indicadores ao longo do período analisado. Entre 2012 e 2024, a taxa bruta de matrícula da população de 18 a 24 anos na Educação Superior alcançou 42,9%, representando crescimento de 12,9 pontos percentuais. No mesmo período, a taxa líquida apresentou aumento de 7,5 pontos percentuais, chegando a 27,1%. Os resultados demonstram ampliação do acesso à Educação Superior, ainda que permaneça distância em relação aos patamares previstos.

No caso de Nova Palma, não estão disponíveis dados municipais atualizados que permitam aferir diretamente o cumprimento dos indicadores quantitativos estabelecidos pela Meta 12. Além disso, considerando a inexistência de instituição pública de Educação Superior no município, parte das estratégias previstas depende da atuação de outros entes federados e das instituições responsáveis pela oferta. Nesse contexto, as ações municipais concentram-se principalmente no incentivo ao acesso e à permanência dos estudantes, no apoio ao deslocamento para instituições de Ensino Superior e na articulação com iniciativas públicas e privadas.

A disponibilização, em regime de colaboração, de espaços e estruturas físicas destinados à instalação de instituições de Ensino Superior no município ou na região foi classificada como não executada. Durante o período avaliado, não foram disponibilizadas estruturas com essa finalidade, não havendo registro de ações direcionadas à implantação de universidades a partir dessa estratégia.

Da mesma forma, não foram desenvolvidas ações de reivindicação para ampliação de vagas por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ou do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Conforme informado pela equipe técnica, o município não realiza reivindicação de vagas, razão pela qual a estratégia não apresenta execução no período avaliado.

Também permaneceu não executada a estratégia destinada especificamente ao estímulo à ampliação da oferta pública e gratuita de Educação Superior voltada prioritariamente à formação de professores da Educação Básica. Não foram registradas iniciativas municipais direcionadas à expansão dessa oferta para suprir eventuais necessidades de profissionais em áreas específicas.

Em contrapartida, a divulgação das políticas de inclusão e assistência estudantil foi executada. A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza informações sobre programas de assistência, ações afirmativas e políticas de permanência na Educação Superior sempre que divulgadas pelos órgãos competentes, contribuindo para que os estudantes tenham conhecimento das possibilidades de apoio ao acesso e à continuidade de sua formação acadêmica.

Também está implementada a divulgação de programas de acesso e financiamento da Educação Superior. Por meio das escolas e dos canais institucionais, são disponibilizadas orientações sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e outras oportunidades, possibilitando que estudantes e egressos da Educação Básica tenham acesso às informações necessárias para participação nesses programas.

As parcerias envolvendo universitários, instituições de Ensino Superior, Secretarias e demais entidades municipais foram igualmente efetivadas. Essas articulações possibilitam a participação de estudantes universitários em programas, projetos e estágios desenvolvidos em diferentes áreas, aproximando a formação acadêmica das atividades realizadas no âmbito municipal.

Quanto à acessibilidade nas instituições de Educação Superior da região, a estratégia está registrada como em execução. A equipe técnica destaca, nesse contexto, a existência de legislação municipal que possibilita a disponibilização de passagens aos estudantes do Ensino Superior. Embora essa iniciativa contribua para as condições de acesso e deslocamento dos universitários, não foram apresentados apontamentos específicos quanto à reivindicação de condições de acessibilidade nas próprias instituições de Ensino Superior, conforme previsto originalmente na estratégia.

A divulgação de programas e ações de mobilidade estudantil e docente foi executada, mediante a disseminação de oportunidades promovidas pelas instituições de Ensino Superior e pelos órgãos governamentais, incentivando estudantes e profissionais da educação a conhecerem possibilidades de mobilidade acadêmica em cursos de graduação e pós-graduação.

A estratégia referente à reivindicação de acervos digitais de referências bibliográficas e audiovisuais, com garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência, foi considerada não aplicável à atuação municipal. Conforme apontado pela equipe técnica, o município apoia iniciativas destinadas à ampliação do acesso a acervos digitais e recursos educacionais acessíveis, porém a implementação e a expansão desses serviços competem diretamente às instituições de Ensino Superior e aos órgãos responsáveis pelas políticas de Educação Superior.

O apoio financeiro ao transporte universitário permanece em execução e constitui uma das ações municipais diretamente relacionadas às condições de acesso e permanência dos estudantes na Educação Superior. Nova Palma possui legislação própria que disciplina a distribuição de passagens, proporcionando apoio ao deslocamento dos universitários para as instituições onde realizam sua formação.

Segue em execução o apoio relacionado ao Programa Estadual Passe Livre Estudantil. O município orienta os estudantes quanto aos procedimentos necessários para acesso ao programa, auxiliando na divulgação das informações e no encaminhamento dos interessados ao benefício.

XIII – TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 13	PRAZO
Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	**2025**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 13 tem como propósito elevar a qualidade da Educação Superior, ampliando a proporção de mestres e doutores em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% do corpo docente, sendo, desse total, no mínimo, 35% de doutores. A qualificação acadêmica dos profissionais que atuam nesse nível de ensino constitui um dos elementos relacionados à melhoria da qualidade da formação, bem como ao fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior.

Conforme análise da equipe avaliativa, os indicadores de monitoramento referentes à titulação de mestres e doutores relacionam-se ao corpo docente das Instituições de Ensino Superior da região que atendem os estudantes de Nova Palma. O acompanhamento desses dados ocorre de forma indireta e em regime de colaboração, considerando que o município não possui Instituições de Ensino Superior instaladas em seu território e, consequentemente, não possui atuação direta sobre a composição ou a titulação de seus respectivos quadros docentes.

No âmbito das atribuições municipais, a estratégia destinada à melhoria da qualidade do Ensino Superior permanece em execução. Nova Palma mantém diálogo e articulação com as Instituições de Ensino Superior da região, apoiando iniciativas voltadas à qualificação da formação acadêmica, à ampliação das oportunidades de acesso e ao desenvolvimento de ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão que possam atender às demandas locais e regionais.

Considerando a inexistência de Instituição de Ensino Superior no território municipal, essa atuação ocorre de maneira indireta, por meio da interlocução e da cooperação com as instituições regionais, não cabendo ao município interferir diretamente na composição, titulação ou qualificação de seus corpos docentes.

XIV – PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRE E DOUTORES)

META 14	PRAZO
Apoiar a ampliação das matrículas na pós-graduação stricto sensu da população do município. **- Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. (PNE)**	**2025**

Período observado:

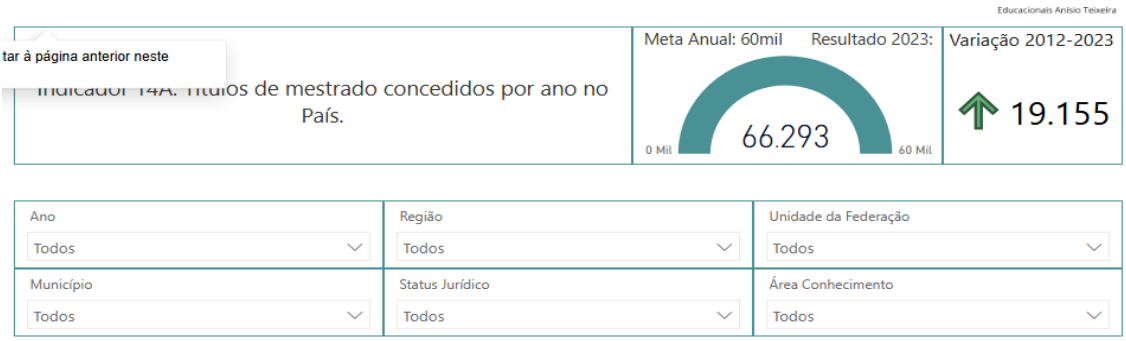
11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

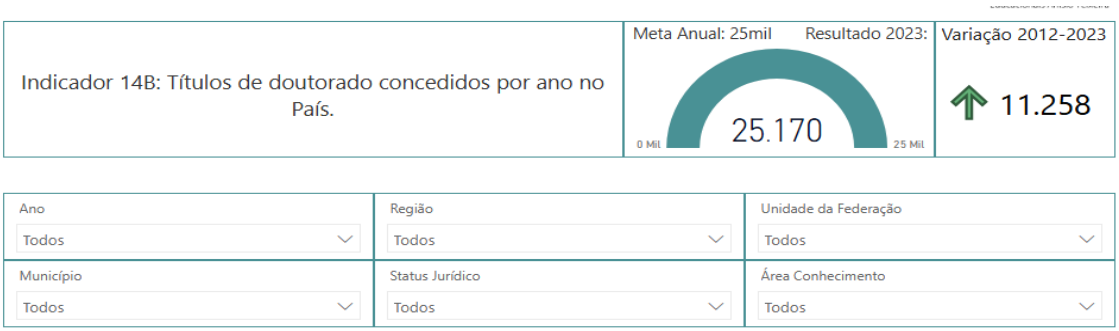
A Meta 14 trata do apoio à ampliação das matrículas na pós-graduação stricto sensu da população do município, em consonância com o Plano Nacional de Educação, que estabelece como objetivo ampliar gradualmente a formação em nível de mestrado e doutorado, tendo como referências nacionais a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Embora não existam dados específicos que permitam mensurar a participação da população de Nova Palma na pós-graduação stricto sensu, observa-se que o município desenvolve ações voltadas ao incentivo do acesso e da continuidade dos estudos em nível de mestrado e doutorado. Considerando que a oferta e a regulamentação desses cursos são atribuições das Instituições de Ensino Superior e dos órgãos competentes, a atuação municipal ocorre principalmente por meio do incentivo, da divulgação de oportunidades e do apoio aos profissionais interessados em prosseguir sua formação acadêmica.

Em âmbito nacional, os dados disponíveis demonstram que os parâmetros quantitativos relacionados às titulações anuais foram superados em 2023. Conforme informações do INEP, foram concedidos 66.293 títulos de mestrado e 25.170 títulos de doutorado, resultados superiores às referências de 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.



- *Fonte: Elaborado pela Dired/Inep*



- *Fonte: Elaborado pela Dired/Inep*

Quanto à divulgação das possibilidades de financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento, a estratégia permanece em execução. Conforme informado pela equipe técnica, o poder público municipal apoia a divulgação dessas oportunidades sempre que solicitado, contribuindo para que os interessados tenham acesso às informações disponíveis sobre possibilidades de financiamento da formação acadêmica.

Da mesma forma, encontra-se em execução a estratégia relacionada à divulgação das possibilidades de financiamento estudantil para a pós-graduação stricto sensu. O município presta apoio à disseminação dessas informações quando demandado, dentro dos limites de sua atuação e de acordo com os programas e oportunidades disponibilizados pelos órgãos competentes.

O apoio à participação em cursos e programas de mestrado e doutorado também segue em desenvolvimento. Nesse âmbito, a atuação municipal está direcionada especialmente aos professores da rede de ensino, buscando facilitar as condições de acesso e participação

desses profissionais nos cursos de pós-graduação stricto sensu. A iniciativa favorece a continuidade da formação acadêmica e a qualificação dos profissionais da educação.

Em relação à ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente de doutorado, em novos campi decorrentes de processos de expansão e interiorização das instituições públicas de Ensino Superior, a estratégia foi considerada não aplicável. Segundo a equipe técnica, não existem na região novos campi que ofereçam programas com essas características, não havendo, portanto, condições locais para o desenvolvimento da ação nos termos previstos pelo PME.

Também foi considerada não aplicável a estratégia destinada à reivindicação da expansão de acervos digitais de referências bibliográficas para cursos de pós-graduação, com garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência. A classificação decorre da inexistência de Instituição de Ensino Superior instalada em Nova Palma, cabendo às instituições ofertantes e aos órgãos responsáveis pela Educação Superior a implementação e a gestão desses recursos.

XV – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

META 15	PRAZO
Garantir, em regime de colaboração com a União, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	**a)** Política de Formação: **2016** **b)** Curso superior e atuando na área: **2025**

Período observado:

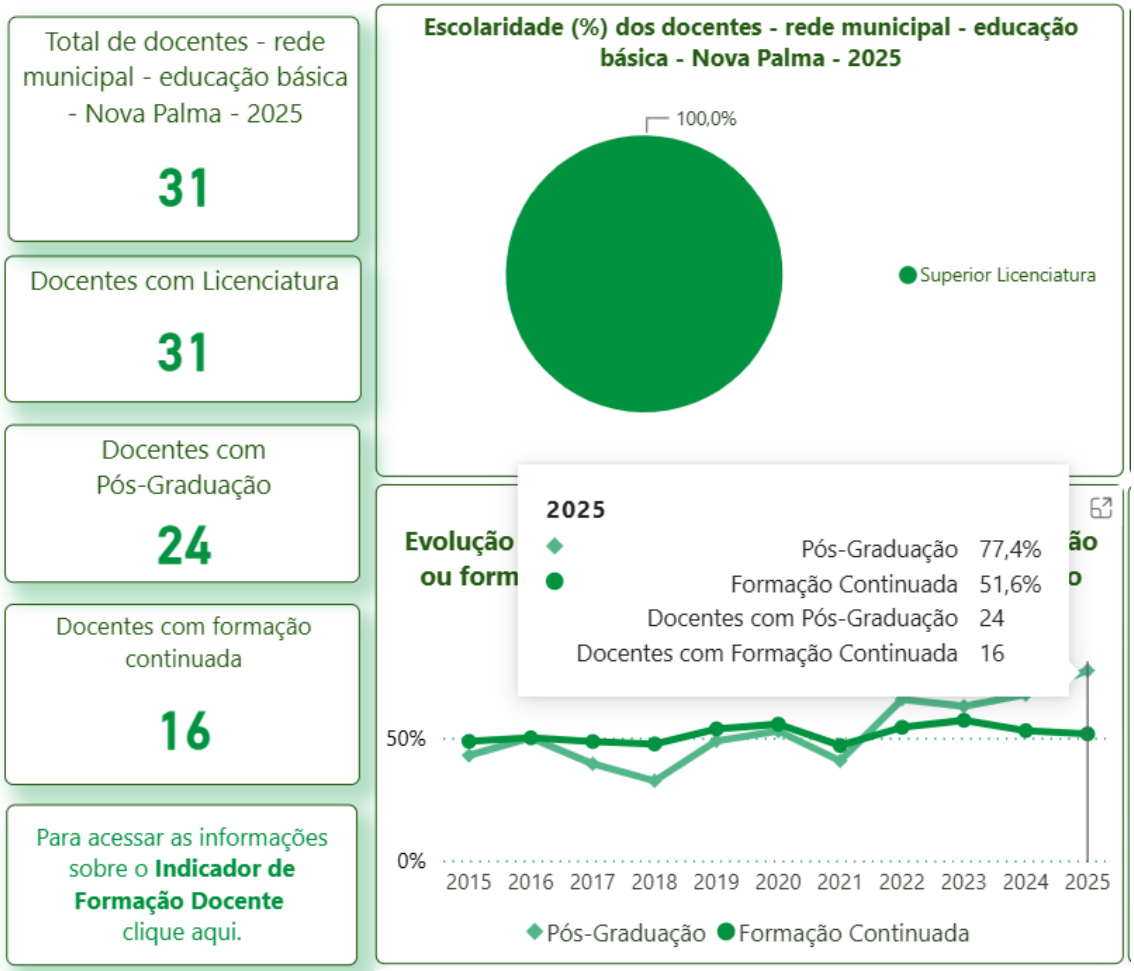
11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 15 tem como objetivo garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, a implementação de uma política de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

No que se refere à formação inicial dos docentes da Educação Básica, Nova Palma conta com 70 professores em exercício na rede pública de ensino. Desse total, 70 profissionais possuem licenciatura, correspondendo a 100% do quadro docente. Considerando exclusivamente a rede municipal de ensino, os 31 docentes em exercício também possuem licenciatura, fazendo com que o percentual alcance igualmente 100% dos professores.

Os resultados demonstram a universalização da formação em nível de licenciatura entre os docentes considerados. Entretanto, a avaliação da Meta 15 requer também observar a correspondência entre a formação acadêmica e a área de efetiva atuação profissional, uma vez que seu objetivo não se restringe à existência de curso superior, mas prevê formação específica na área de conhecimento em que o professor exerce a docência.



- *Fonte: INEP 2025*

Nesse indicador, 62,5% dos professores da rede pública apresentam formação compatível com o componente curricular ou a etapa de ensino em que atuam. Na análise por dependência administrativa, a rede municipal registra 64,3% de adequação da formação docente, enquanto a rede estadual apresenta 63,2%. Dessa forma, embora a totalidade dos professores possua licenciatura, permanece uma diferença entre a formação superior existente e sua adequação à área de atuação, indicando que a finalidade integral da Meta 15 ainda demanda avanços.



- *Fonte: QEdu 2025*

Quanto às estratégias previstas, permanece em execução a adesão e o incentivo à participação dos profissionais da educação em cursos de formação inicial e continuada disponibilizados por meio de plataformas oficiais. O município realiza a divulgação das oportunidades e favorece o acesso dos profissionais às formações ofertadas, contribuindo para a continuidade dos processos de qualificação.

As ações de formação direcionadas às especificidades das escolas do campo e da Educação Especial também seguem em desenvolvimento. A Secretaria Municipal de Educação apoia a participação dos profissionais em formações específicas para essas áreas, de acordo com os programas disponibilizados pelos demais entes federados.

No que diz respeito à formação específica na área de atuação, a estratégia permanece em execução mediante o estímulo à qualificação dos docentes em cursos de graduação e programas de formação continuada, em articulação com Instituições de Ensino Superior e programas governamentais. Essa estratégia assume particular relevância diante dos indicadores municipais, uma vez que, apesar de 100% dos docentes possuírem licenciatura, a adequação entre formação e área de atuação ainda não alcança a totalidade do quadro docente.

O apoio à formação técnica e tecnológica dos profissionais da educação também está em andamento. O município incentiva a busca por cursos técnicos e tecnológicos relacionados à área educacional e divulga oportunidades formativas destinadas à qualificação dos servidores, respeitando as competências das redes estadual e federal quanto à oferta desses cursos.

A formação continuada dos profissionais da educação pertencentes aos diferentes segmentos, incluindo aqueles que não integram o magistério, igualmente permanece em execução. Nova Palma participa de ações formativas realizadas em regime de colaboração com os demais entes federados e instituições formadoras, ampliando as possibilidades de qualificação dos profissionais que atuam no contexto educacional.

A estratégia relacionada à adesão a programas de concessão de bolsas para estudos de imersão e aperfeiçoamento de professores de idiomas em países cuja língua nativa corresponda ao idioma lecionado foi considerada não aplicável no período avaliado. Conforme informado pela equipe técnica, não houve demanda nem disponibilidade de programas específicos que possibilitassem o desenvolvimento dessa ação.

Por fim, a valorização dos diferentes itinerários de formação profissional docente permanece em execução. O município reconhece as trajetórias formativas admitidas pela legislação educacional, incluindo a formação de nível médio na modalidade Normal nos casos legalmente previstos, ao mesmo tempo em que incentiva a qualificação progressiva dos profissionais da educação e sua continuidade formativa.

XVI – FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

META 16	PRAZO
Formar, em nível de pós-graduação, 60% (sessenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (PNE: 50%)	**2025**

Período observado:

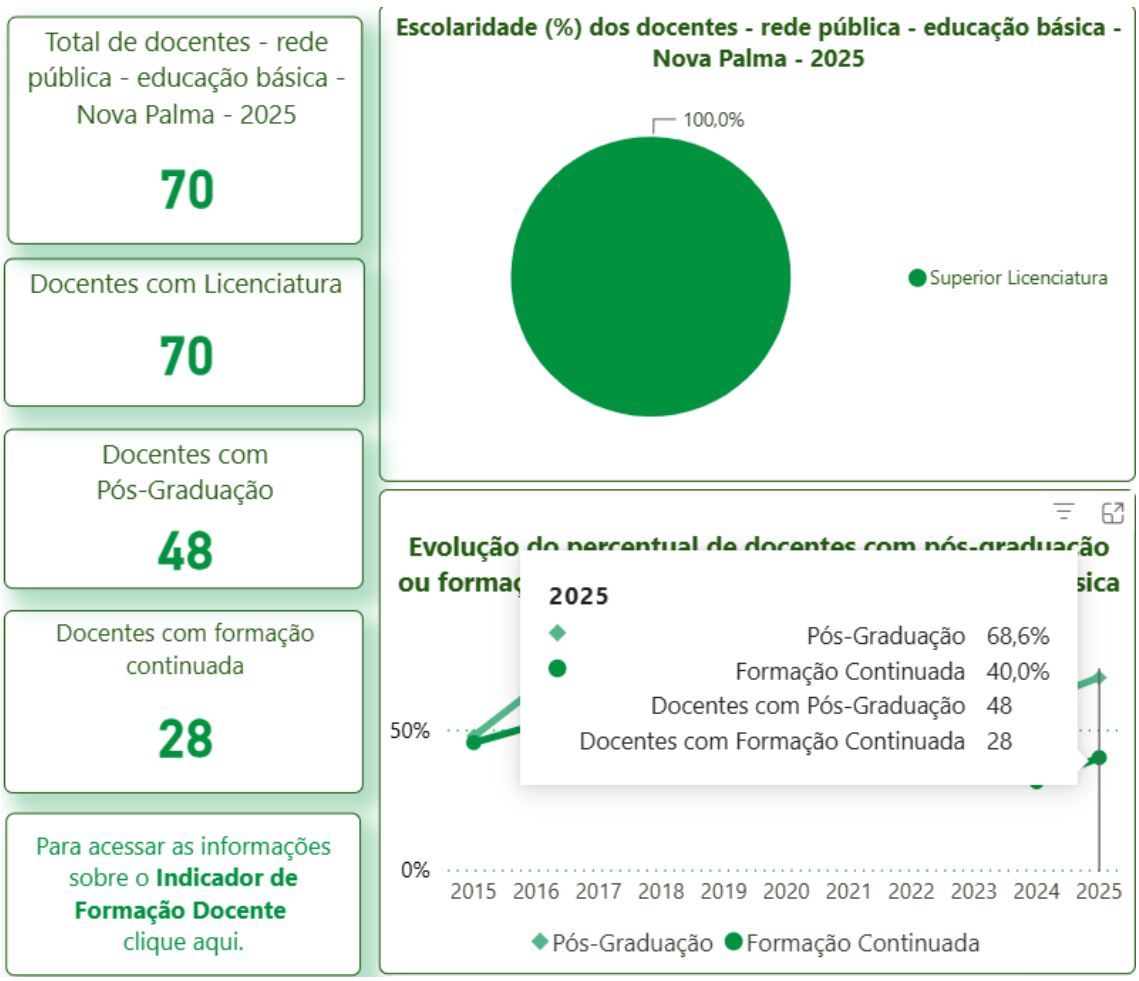
11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 16 tem por objetivo garantir que, até o final da vigência do Plano Municipal de Educação, pelo menos 60% dos professores da Educação Básica possuam formação em nível de pós-graduação, além de assegurar oportunidades de formação continuada a todos os profissionais da educação, considerando as necessidades e especificidades da rede de ensino. Cabe destacar que a meta municipal estabelece percentual superior ao previsto no Plano Nacional de Educação, que fixa como referência o índice de 50% dos docentes com formação em nível de pós-graduação.

Atualmente, dos 70 docentes em exercício na Educação Básica da rede pública, 48 possuem formação em nível de pós-graduação, correspondendo a 68,6% do total. O resultado situa-se 18,6 pontos percentuais acima da referência de 50% estabelecida pelo Plano Nacional de Educação e 8,6 pontos percentuais acima da meta de 60% definida pelo Plano Municipal de Educação. Dessa forma, o indicador demonstra que o objetivo referente à formação em nível de pós-graduação foi alcançado no conjunto da rede pública, ao mesmo tempo em que reforça a importância da continuidade das ações de incentivo à qualificação e ao aperfeiçoamento profissional.

Considerando exclusivamente a rede municipal de ensino, dos 31 professores em exercício, 24 possuem formação em nível de pós-graduação, representando 77,4% do quadro docente. Nesse recorte, o resultado encontra-se 17,4 pontos percentuais acima dos 60% estabelecidos pelo Plano Municipal de Educação, demonstrando que a rede municipal superou o objetivo previsto para esse indicador.



- *Fonte: INEP 2025*

No que se refere à formação continuada, 28 docentes participaram de ações formativas durante o período avaliado, correspondendo a 40,0% do total de professores em exercício na rede pública. As atividades de formação continuada constituem importante instrumento de atualização e desenvolvimento profissional, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, a incorporação de novos conhecimentos e metodologias e o fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem. Considerando que a Meta 16 também prevê oportunidades de formação continuada para todos os profissionais da educação, a continuidade e a ampliação dessas ações permanecem relevantes para alcançar progressivamente maior participação do conjunto dos profissionais.

Em relação às estratégias, a composição e ampliação dos acervos destinados à rede de ensino permanecem em execução. Conforme as demandas identificadas, são adquiridas obras

e materiais para utilização nas unidades escolares, contribuindo para ampliar os recursos disponíveis aos profissionais e estudantes e favorecer o acesso a diferentes fontes de conhecimento.

A divulgação e o incentivo à utilização do portal eletrônico do Ministério da Educação também seguem em desenvolvimento. A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o poder público, incentiva os educadores a acessarem os cursos, materiais didáticos e recursos pedagógicos disponibilizados pela plataforma, ampliando as possibilidades de formação e de apoio às práticas desenvolvidas em sala de aula.

Quanto às oportunidades de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, a estratégia permanece em execução. O poder público municipal contribui para a divulgação das ofertas existentes, disponibilizando os contatos das escolas para que informações referentes a bolsas e oportunidades de formação possam chegar aos profissionais da Educação Básica.

O fortalecimento da formação dos professores das escolas públicas também constitui uma ação desenvolvida de forma contínua. Anualmente, o poder público municipal fomenta e incentiva a participação dos profissionais em cursos, palestras, seminários e outras atividades formativas, proporcionando oportunidades de atualização e aperfeiçoamento profissional.

Por outro lado, a regulamentação de licença remunerada para professores que cursam pós-graduação stricto sensu permaneceu não executada durante o período avaliado. Conforme informado pela equipe técnica, o Plano de Carreira dos professores não contempla a concessão dessa modalidade de licença, não tendo sido implementado o mecanismo previsto na estratégia.

XVII – VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

META 17	PRAZO
Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.	No 6° ano após aprovação do PME= **2021**

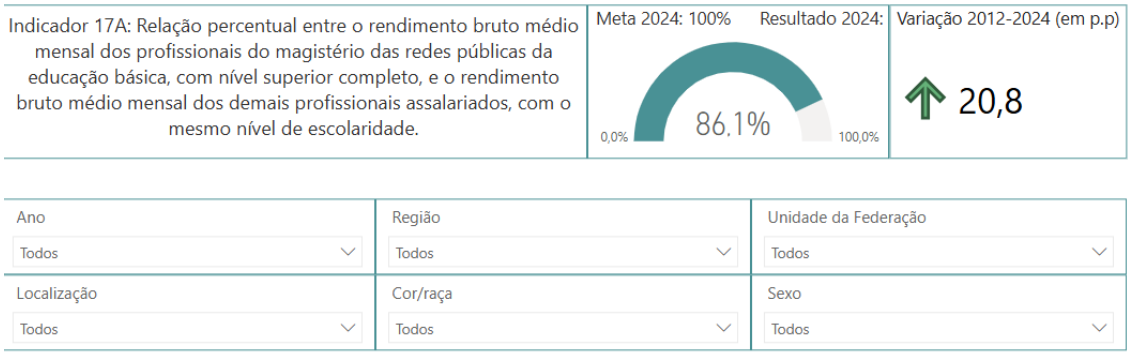
Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

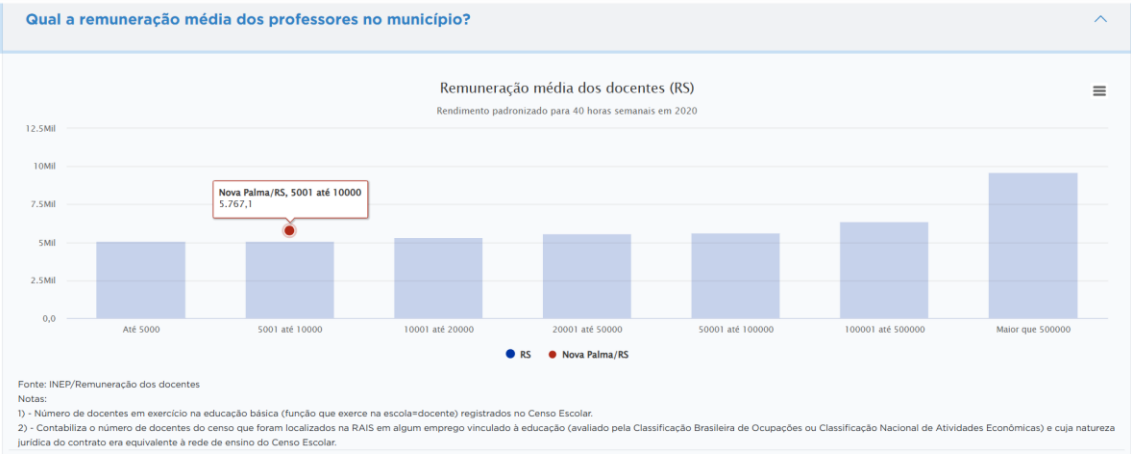
A Meta 17 visa à valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica, buscando equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência do Plano Municipal de Educação.

Segundo dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica, no que se refere à carreira e à remuneração, em 2023 o rendimento médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas com Ensino Superior alcançou R$ 4.942,00, valor correspondente a 86,1% do rendimento médio dos demais profissionais assalariados com o mesmo nível de escolaridade, estimado em R$ 5.747,00. Em 2013, essa proporção correspondia a 71%, evidenciando avanço ao longo do período, embora a equiparação prevista pela meta ainda não tivesse sido alcançada no contexto nacional.



- *Fonte: Painel de Monitoramento do PNE — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep*

Em relação a Nova Palma, dados do INEP referentes à remuneração dos docentes em 2020 indicam que o rendimento médio dos profissionais da rede municipal era de R$ 5.767,10. O valor constitui uma referência para o acompanhamento da valorização remuneratória do magistério municipal. Entretanto, como não estão disponíveis, no mesmo recorte temporal e metodológico, informações referentes ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente no município, não é possível calcular o percentual de equiparação e, consequentemente, determinar o alcance do objetivo estabelecido pela Meta 17. Além disso, por se tratar de informação referente a 2020, o indicador não contempla eventuais alterações remuneratórias ocorridas nos anos finais de vigência do PME.



- *Fonte: Municípios indicadores FGV*

No âmbito das estratégias, o acompanhamento da implementação do Plano de Carreira e da atualização do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério permanece em execução. O município realiza análises relacionadas à adequação da carreira à legislação vigente e às condições orçamentárias locais. Considerando, entretanto, que a estratégia prevê especificamente a constituição da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, prevista no art. 50 do próprio Plano, os apontamentos apresentados não permitem confirmar se essa instância foi formalmente constituída durante o período avaliado.

Situação semelhante ocorre quanto ao acompanhamento da evolução salarial por meio dos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A estratégia encontra-se registrada como em execução, e a equipe informa que o município acompanha

indicadores e estudos divulgados pelos órgãos oficiais, utilizando essas informações como referência para o planejamento das políticas de valorização dos profissionais da educação. Não há, contudo, indicação específica de que esse acompanhamento esteja sendo realizado formalmente pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira, conforme estabelece a estratégia.

A reavaliação do Plano de Carreira dos profissionais do magistério também permanece em desenvolvimento. Conforme informado pela equipe técnica, o documento é objeto de avaliação periódica, considerando a necessidade de atualização da legislação municipal, a valorização dos profissionais e a disponibilidade orçamentária para implementação das alterações propostas. A estratégia estabelece ainda aspectos específicos, como a criação de nível correspondente à pós-graduação, percentuais de diferenciação salarial entre os níveis e implantação gradual da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar. Os apontamentos apresentados, entretanto, não detalham o estágio de implementação de cada uma dessas previsões.

No que se refere à ampliação da participação da União no financiamento das políticas de valorização do magistério, a estratégia segue em execução. A atuação municipal ocorre especialmente por meio do acompanhamento e do apoio, junto às entidades representativas dos municípios, às iniciativas destinadas ao fortalecimento do financiamento da educação e à ampliação da assistência financeira da União para a valorização dos profissionais.

A ampliação dos recursos municipais destinados às políticas de valorização dos profissionais do magistério também permanece em andamento. Conforme registrado pela equipe técnica, o município busca ampliar os investimentos destinados a essa finalidade, considerando os limites estabelecidos pela legislação fiscal, a disponibilidade orçamentária e as prioridades definidas pela administração pública.

Quanto à evolução da remuneração do magistério, a estratégia permanece em execução. O município realiza a revisão remuneratória dos profissionais em conformidade com a legislação vigente, considerando o Piso Salarial Profissional Nacional, as negociações com a categoria e a capacidade financeira municipal. Cabe destacar que o Plano de Carreira do magistério foi reformulado em 2025, constituindo uma alteração relevante ocorrida no período final de vigência do PME. Entretanto, os apontamentos disponíveis não apresentam dados que permitam verificar se a correção salarial ocorreu especificamente na proporção anual de 1/6 prevista na estratégia ou se foi alcançada a equiparação remuneratória com os demais profissionais de escolaridade equivalente.

XVIII – PLANO DE CARREIRA DOCENTE

META 18	PRAZO
Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (PNE)	No segundo ano após aprovação do PME: **2017**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 18 do Plano Municipal de Educação tem como objetivo assegurar a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública, tomando como referência, para os profissionais do magistério da Educação Básica, o Piso Salarial Profissional Nacional, conforme estabelecido pela legislação federal.

Em Nova Palma, a carreira do Magistério Público Municipal esteve tradicionalmente estruturada pela Lei Ordinária nº 1.324/2010, que estabeleceu o Plano de Carreira, a remuneração e o quadro de cargos do magistério público municipal. No período final de vigência do PME, o município promoveu uma atualização desse marco legal por meio da Lei Ordinária nº 2.038/2025, que estabeleceu novas disposições relativas ao quadro de cargos efetivos e à remuneração, atualizando aspectos da organização da carreira na rede municipal de ensino.

Entre as estratégias estabelecidas para o alcance da Meta 18, foi considerada executada a ação destinada à estruturação da rede municipal de Educação Básica com predominância de profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo. Conforme informado pela equipe técnica, o município manteve e fortaleceu seu quadro de profissionais efetivos da educação, assegurando a atuação de servidores vinculados à rede municipal de ensino e favorecendo a continuidade e a estabilidade dos processos pedagógicos e administrativos. Cabe observar que os registros apresentados não especificam os quantitativos necessários para aferir, de forma objetiva, o alcance dos percentuais de 90% dos profissionais do magistério e 70% dos profissionais da educação não docentes previstos na estratégia.

O acompanhamento dos profissionais iniciantes durante o estágio probatório também foi registrado como executado. A ação ocorre mediante orientação de equipes pedagógicas e de profissionais experientes, associada à oferta de formação continuada, proporcionando acompanhamento durante o período inicial de exercício profissional e contribuindo para o aperfeiçoamento da prática docente e para o desenvolvimento profissional.

Por outro lado, a previsão de licenças remuneradas destinadas à qualificação profissional, inclusive em cursos de pós-graduação stricto sensu, permaneceu não executada. Durante o período avaliado, o Plano de Carreira dos profissionais da educação não passou a contemplar essa modalidade de licença, permanecendo pendente a implementação do mecanismo estabelecido pela estratégia.

A garantia de transporte aos professores municipais que atuam nas escolas do meio rural encontra-se em execução. O município mantém a oferta desse serviço, proporcionando condições de deslocamento aos profissionais e contribuindo para a continuidade das atividades educacionais nas unidades localizadas no meio rural.

No campo da atenção à saúde dos profissionais da educação, a estratégia foi considerada executada. Foram desenvolvidas políticas e ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, incluindo campanhas de vacinação, orientações, acompanhamento e outras iniciativas direcionadas ao bem-estar e à qualidade de vida dos profissionais no ambiente de trabalho.

A ampliação da licença-maternidade para seis meses também foi efetivada no município. A medida foi instituída por meio de legislação municipal, assegurando às servidoras o período ampliado previsto na estratégia e fortalecendo as políticas de proteção à maternidade e à primeira infância.

Não foi implementada a estratégia que previa a realização de estudo sobre a viabilidade legal de aposentadoria antecipada para profissionais da educação acometidos por doenças que impedissem o pleno desempenho de suas atividades. Conforme registrado pela equipe técnica, não houve, durante o período avaliado, a realização do estudo de viabilidade legal previsto pelo PME.

XIX – GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 19	PRAZO
Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	No segundo ano após aprovação do PME: **2017**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 19 do Plano Municipal de Educação tem como objetivo assegurar a efetivação da gestão democrática da educação pública, por meio da adoção de critérios técnicos de mérito e desempenho associados à participação da comunidade escolar nos processos de gestão das instituições de ensino. Para o alcance dessa finalidade, o Plano prevê o fortalecimento dos mecanismos de participação social, da transparência administrativa e das instâncias colegiadas, em consonância com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em Nova Palma, a gestão democrática das escolas da rede municipal de ensino encontra-se regulamentada pela Lei Municipal nº 1.730, de 15 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal. A existência desse marco legal constitui elemento importante para a organização dos processos de gestão e participação no âmbito da rede municipal, devendo sua implementação ser analisada também à luz dos mecanismos específicos previstos nas estratégias do PME.

No que se refere à regulamentação da gestão democrática e aos procedimentos para escolha das direções escolares, a estratégia permanece em execução. O município desenvolve suas ações de acordo com a legislação municipal vigente; entretanto, conforme informado pela equipe técnica, a escolha dos diretores e diretoras não conta com a participação da comunidade escolar por meio de voto direto, mecanismo expressamente previsto na estratégia 19.1. Dessa forma, embora exista legislação municipal específica sobre gestão democrática, o procedimento adotado não contempla integralmente a forma de participação estabelecida pelo PME.

A participação e a formação dos integrantes dos diferentes conselhos vinculados às políticas educacionais também permanecem em desenvolvimento. O município incentiva os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, do Conselho de Alimentação Escolar, do Conselho Municipal de Educação e de outras instâncias de acompanhamento das políticas públicas a participarem de ações de formação continuada, além de assegurar condições para o exercício de suas atribuições, contribuindo para o fortalecimento do controle social.

Quanto ao acompanhamento do Plano Municipal de Educação, a estratégia segue em execução, com a manutenção da Comissão responsável pelo Monitoramento e Avaliação do PME. Essa instância acompanha a implementação das metas e estratégias e participa da realização das avaliações periódicas, possibilitando o acompanhamento sistemático do planejamento educacional ao longo de sua vigência.

As ações destinadas ao fortalecimento da participação de estudantes e famílias na vida escolar igualmente permanecem em andamento. As unidades de ensino incentivam a organização e o envolvimento de pais e estudantes, considerando as características, a realidade e o porte de cada escola. Essas iniciativas estão relacionadas ao objetivo de ampliar os espaços de participação da comunidade no cotidiano escolar e sua articulação com as instâncias colegiadas.

Os Conselhos Escolares encontram-se inseridos nesse processo como espaços de participação da comunidade e acompanhamento da gestão das unidades de ensino. A estratégia voltada ao seu fortalecimento permanece em execução, com a atuação desses colegiados no acompanhamento das atividades escolares e nos processos relacionados à transparência e à gestão democrática.

Da mesma forma, prosseguem as ações de fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, que exerce competências normativas, consultivas, deliberativas, assistivas e fiscalizadoras no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. Conforme informado pela equipe técnica, são disponibilizadas condições de apoio ao desenvolvimento de suas atividades, favorecendo o exercício de suas atribuições institucionais.

A participação dos profissionais da educação, estudantes e familiares na elaboração e atualização dos documentos que orientam o funcionamento das escolas também é uma ação desenvolvida de forma contínua. As unidades escolares promovem o envolvimento da comunidade nos processos de elaboração, revisão e atualização dos projetos político-

pedagógicos, currículos, planos de gestão e regimentos escolares, fortalecendo os mecanismos de participação coletiva nas decisões relacionadas à organização pedagógica e institucional.

Em relação à autonomia das unidades escolares, a estratégia permanece em execução. O município incentiva o desenvolvimento da autonomia pedagógica, administrativa e financeira dos estabelecimentos de ensino, observando as disposições legais aplicáveis e fortalecendo os processos de planejamento, gestão e utilização dos recursos públicos no âmbito das escolas.

A formação dos diretores e gestores escolares continua sendo incentivada pela Secretaria Municipal de Educação. Os profissionais são estimulados a participar de cursos, seminários e programas de formação continuada, com vistas ao aperfeiçoamento dos conhecimentos relacionados à gestão educacional e às dimensões administrativas e pedagógicas que integram o trabalho das equipes gestoras.

XX – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

META 20	PRAZO
Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.	a) 7% do PIB: **2019** b) 10% do PIB: **2024**

Período observado:

11 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2025.

Resultado do período observado:

A Meta 20 visa ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País até o quinto ano de vigência do Plano Nacional de Educação e, ao final do decênio, alcançar o equivalente a 10% do PIB.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o investimento público em educação no Brasil permaneceu historicamente entre 4% e 6% do PIB nas últimas décadas. Em 2022, esse percentual foi de aproximadamente 5,1% do PIB, permanecendo abaixo dos patamares estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação. Embora o percentual represente parcela significativa dos recursos nacionais, sua análise deve considerar também o investimento realizado por estudante e as diferenças de capacidade econômica e de contexto socioeconômico existentes entre os países.

No âmbito municipal, não é possível estabelecer correspondência direta entre os investimentos educacionais realizados por Nova Palma e o Produto Interno Bruto local, uma vez que os indicadores definidos para o acompanhamento da Meta 20 são produzidos em escala nacional. Para a realidade municipal, a análise pode ser complementada por indicadores relacionados à aplicação das receitas vinculadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e por informações referentes à execução dos recursos destinados à Educação Básica.

Embora não tenham sido localizados, para o período considerado nesta avaliação, dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) que permitissem demonstrar o percentual de aplicação dos recursos em educação pelo município, informações disponibilizadas no Espaço do Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do

Rio Grande do Sul (TCE/RS) indicam que Nova Palma aplicou 27,21% das receitas consideradas para fins de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

O percentual encontra-se 2,21 pontos percentuais acima do mínimo constitucional de 25% estabelecido para a aplicação de receitas de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino. O resultado demonstra o cumprimento, no período analisado, do percentual mínimo constitucional de aplicação em educação. Ressalta-se, contudo, que esse indicador possui metodologia e base de cálculo distintas daquelas utilizadas para aferir a Meta 20 do PNE, expressa em percentual do PIB nacional, não sendo possível estabelecer comparação direta entre os 27,21% aplicados pelo município em MDE e os patamares nacionais de 7% e 10% do PIB previstos no Plano.

fnde SIOPE SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

Relatório de Indicadores

UF: Rio Grande do Sul
Município: Nova Palma
Consultar

1 - Indicadores Legais

Código	Indicador	2026					
		1º	2º	3º	4º	5º	6º
1.1	Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (mínimo de 25% para estados, DF e municípios)	19,24%	20,49%	23,16%	0,00%	0,00%	0,00%
1.2	Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação (mínimo de 70%) - Inciso XXII, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33 de30-08-2023	82,07%	78,56%	84,06%	0,00%	0,00%	0,00%
1.3	Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração dos profissionais da educação (máximo de 30%)	11,14%	0,38%	5,31%	0,00%	0,00%	0,00%
1.4	Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício (máximo de 10%)	10,27%	23,54%	13,13%	0,00%	0,00%	0,00%
1.5	Percentual de aplicação em Despesas de Capital - VAAT - FUNDEB (Mínimo de 15%) - Inciso XXIII, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33 de30-08-2023	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.6	Percentual de aplicação em Despesas na Educação Infantil - VAAT - FUNDEB (Proporção 50% do VAAT Total) - Correspondente ao indicador 1.7 - Inciso XXIV, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33 de30-08-2023	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.7	Indicador para Educação Infantil - IEI - Percentual mínimo da complementação VAAT a ser aplicado em educação Infantil	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.9	Percentual de aplicação FUNDEB vinculadas à Fomento ETI (mínimo de 4% para estados, DF e municípios), conforme previsto art.212-A, inciso XV, da CF.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

4 - Indicadores de Investimento por Aluno

Código	Indicador	2026					
		1º	2º	3º	4º	5º	6º
4.1	Investimento educacional por aluno da educação infantil	R$1.382,32	R$3.524,34	R$6.184,79	R$0,00	R$0,00	R$0,00
4.2	Investimento educacional por aluno do ensino fundamental	R$3.518,78	R$7.596,96	R$12.443,47	R$0,00	R$0,00	R$0,00

8 - Aplicação da Receita de Impostos em MDE

Código	Indicador	2026					
		1º	2º	3º	4º	5º	6º
8.1	Valor exigido de aplicação de impostos em MDE (Mínimo de 25%)	R$1.635.435,36	R$3.231.852,75	R$4.841.967,36	R$0,00	R$0,00	R$0,00
8.2	Valor aplicado em MDE da receita de impostos	R$1.258.418,23	R$2.648.646,73	R$4.485.501,20	R$0,00	R$0,00	R$0,00

- *Fonte: SIOPE/2025*

Descrição	Código	Valor
Aplicação em MDE		9.683.662,64
Receita Líquida de Impostos e Transferências (Ajustada)		35.583.240,68
Total da aplicação em MDE (%)		27,21

- *Fonte: Espaço de Controle Social TCE/RS*

No conjunto das estratégias, permanece em execução o acompanhamento dos recursos provenientes da contribuição social do salário-educação. O município acompanha a arrecadação e a aplicação desses valores, observando as orientações dos órgãos competentes e buscando aprimorar os mecanismos de controle e gestão dos recursos destinados ao financiamento das ações educacionais.

A estratégia referente à destinação de recursos decorrentes de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural foi considerada não aplicável à realidade municipal. Conforme informado pela equipe técnica, Nova Palma não recebe recursos provenientes dessas compensações que possam ser destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino nos termos previstos pela estratégia.

Os mecanismos de transparência e controle social sobre a aplicação dos recursos públicos em educação permanecem em funcionamento e desenvolvimento contínuo. O município disponibiliza informações por meio do Portal da Transparência, realiza prestações de

contas e audiências públicas e conta com a atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, instrumentos que possibilitam o acompanhamento da utilização dos recursos educacionais e a participação das instâncias de controle social.

O acompanhamento dos investimentos e dos custos relacionados à Educação Básica também segue em execução. A Secretaria Municipal de Educação monitora periodicamente os recursos aplicados, utilizando informações contábeis e indicadores de gestão como subsídios para o planejamento, a organização das políticas educacionais e a tomada de decisões. Os apontamentos apresentados, entretanto, não especificam a existência de estudos sistematizados do custo por aluno em todas as etapas e modalidades, conforme previsto originalmente na estratégia.

Em relação ao Custo Aluno Qualidade (CAQ), a estratégia encontra-se registrada como em execução. O município acompanha as discussões, regulamentações e orientações provenientes dos órgãos federais e estaduais relacionadas à sua implementação e busca incorporar parâmetros de qualidade compatíveis com as condições da rede de ensino e com sua realidade financeira e administrativa. Considerando que a efetiva regulamentação e operacionalização do CAQ envolvem definições no âmbito nacional e a articulação entre os diferentes entes federados, os registros apresentados demonstram acompanhamento da política, mas não permitem afirmar que o CAQ esteja plenamente implementado como parâmetro de financiamento no município.

No que diz respeito ao fortalecimento do regime de colaboração e à definição das responsabilidades entre os entes federados em matéria educacional, a estratégia permanece em andamento. Nova Palma participa e acompanha discussões promovidas por órgãos educacionais e entidades representativas dos municípios, especialmente aquelas relacionadas à articulação do Sistema Nacional de Educação, à cooperação federativa e à distribuição de responsabilidades e recursos entre União, Estados e Municípios.

As ações relacionadas à reivindicação de complementação financeira da União para o financiamento da Educação Básica igualmente permanecem em execução. O município acompanha as políticas nacionais de financiamento e participa, por intermédio das entidades representativas municipais, das discussões voltadas à ampliação e ao fortalecimento da complementação de recursos para a educação, particularmente no contexto dos parâmetros relacionados ao CAQ.

Quanto à relação entre o número de estudantes e professores e seus reflexos sobre a utilização dos recursos do Fundeb, a estratégia segue em desenvolvimento. O dimensionamento das turmas e a lotação dos profissionais são realizados considerando critérios pedagógicos, legais e financeiros, buscando compatibilizar a organização da rede com a qualidade do atendimento educacional e a adequada utilização dos recursos disponíveis.

O incentivo à ampliação da arrecadação tributária por meio da emissão de documentos fiscais constitui uma ação desenvolvida de forma contínua. O município apoia campanhas de educação fiscal e promove iniciativas de conscientização da comunidade quanto à importância da emissão de notas e documentos fiscais, considerando os reflexos da arrecadação tributária sobre o financiamento das diferentes políticas públicas, entre elas a educação.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do Plano Municipal de Educação de Nova Palma referente ao período de 2015 a 2025 possibilitou identificar resultados alcançados, políticas que se consolidaram ao longo do decênio e demandas que permanecem para o próximo ciclo de planejamento. Considerando a abrangência do PME e as diferentes responsabilidades envolvidas em sua execução, estas considerações finais concentram-se especialmente nas metas e estratégias sobre as quais a administração municipal possui atribuição direta ou maior capacidade de intervenção, sem desconsiderar a importância do regime de colaboração com o Estado e a União. O próprio Plano foi estruturado contemplando tanto atribuições municipais quanto responsabilidades compartilhadas entre os diferentes entes federativos.

No campo do acesso à Educação Básica, os resultados demonstram situações distintas que deverão orientar as prioridades futuras. Na Educação Infantil, o atendimento das crianças de 4 e 5 anos apresenta elevada cobertura, embora as fontes consultadas apresentem resultados diferentes quanto à efetiva universalização. Para a população de 0 a 3 anos, entretanto, os indicadores convergem ao demonstrar que o atendimento em creche permaneceu abaixo dos 50% estabelecidos pelo PME. A ampliação das vagas nessa faixa etária constitui, portanto, uma das demandas a serem consideradas pela gestão municipal, articulada ao levantamento permanente da demanda, ao planejamento da infraestrutura, à disponibilidade de profissionais e à capacidade financeira da rede.

No Ensino Fundamental, a cobertura escolar da população de 6 a 14 anos alcançou 99,2%, situando Nova Palma próxima da universalização. Os indicadores de rendimento também demonstram elevados percentuais de aprovação, especialmente nos anos iniciais. Ao mesmo tempo, a maior incidência de distorção idade-série nos anos finais sinaliza a necessidade de continuidade das ações destinadas ao acompanhamento das trajetórias escolares, à prevenção da reprovação e do abandono e à identificação dos estudantes que necessitam de apoio pedagógico. Nesse contexto, a atuação intersetorial já desenvolvida entre Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar constitui mecanismo relevante para a busca ativa e o acompanhamento da frequência e permanência dos estudantes.

A alfabetização e a aprendizagem constituem outro eixo que demanda acompanhamento permanente. Os indicadores analisados ao longo do relatório demonstram resultados positivos em determinados períodos e componentes, mas também oscilações que

recomendam atenção à continuidade das políticas pedagógicas. No ciclo de alfabetização, por exemplo, o Índice da Qualidade da Alfabetização apresentou crescimento expressivo entre 2022 e 2023 e recuo em 2024, embora tenha permanecido significativamente acima do resultado inicial da série analisada. Os resultados do SAERS também oferecem elementos para o planejamento das intervenções pedagógicas e para a identificação das áreas em que os estudantes apresentam maiores dificuldades. Nesse sentido, o próximo planejamento educacional deverá manter mecanismos sistemáticos de avaliação, acompanhamento da aprendizagem, formação docente e recuperação das aprendizagens, utilizando os resultados das avaliações não apenas como indicadores de desempenho, mas como subsídios para a organização das práticas pedagógicas.

No âmbito da Educação Especial, a inclusão dos estudantes nas classes comuns do ensino regular apresenta resultado significativo: em 2025, os 27 estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados nas redes públicas de Nova Palma estavam inseridos em classes comuns. A continuidade dessa política requer atenção permanente às condições efetivas de inclusão, envolvendo Atendimento Educacional Especializado, acessibilidade, formação dos profissionais, recursos pedagógicos, acompanhamento individualizado e articulação com as famílias e com os demais serviços públicos. Mais do que assegurar a matrícula, permanece como responsabilidade da política educacional municipal promover condições que favoreçam participação, permanência e aprendizagem.

Entre os desafios mais evidentes identificados pela avaliação está a Educação em Tempo Integral. Em 2025, os dados oficiais utilizados no monitoramento não registravam matrículas nem escolas enquadradas nos critérios estabelecidos para os indicadores da Meta 6, apesar da realização de oficinas, projetos e atividades complementares no município. A expansão dessa política demanda planejamento de médio e longo prazo, considerando infraestrutura, alimentação escolar, transporte, organização curricular, disponibilidade de profissionais e financiamento. Dessa forma, a construção do próximo PME poderá estabelecer uma trajetória gradual e compatível com a capacidade da rede, transformando as iniciativas de ampliação da jornada já desenvolvidas em uma política estruturada de Educação em Tempo Integral.

A formação e a valorização dos profissionais constituem uma dimensão em que o município apresenta resultados importantes, acompanhados de questões que ainda demandam continuidade. Todos os 31 docentes da rede municipal considerados na avaliação possuem

licenciatura, demonstrando a universalização da formação superior nesse recorte. Contudo, a adequação entre formação e área de atuação não alcança a totalidade dos professores, indicando espaço para políticas direcionadas à formação específica. Na pós-graduação, os resultados também evidenciam um quadro favorável, com percentual superior ao estabelecido pelo próprio PME. Para os próximos anos, além da manutenção do incentivo à qualificação acadêmica, será relevante ampliar a participação dos profissionais nas ações de formação continuada, articulando as oportunidades formativas às necessidades pedagógicas identificadas na rede.

A valorização profissional deverá permanecer associada também às condições de carreira e remuneração. A atualização do Plano de Carreira realizada em 2025 representa uma mudança importante no período final de vigência do PME e deverá ser acompanhada quanto aos seus efeitos sobre a organização da carreira e a valorização dos profissionais. Permanecem, ainda, questões previstas no Plano que não foram integralmente implementadas, como a licença remunerada para qualificação em nível de pós-graduação stricto sensu. Da mesma forma, o acompanhamento da remuneração deverá contar com indicadores que permitam comparar o rendimento do magistério municipal ao de profissionais com escolaridade equivalente, possibilitando avaliar objetivamente a evolução da equiparação prevista pela política de valorização.

No campo da gestão democrática, Nova Palma dispõe de regulamentação própria, estabelecida pela Lei Municipal nº 1.730/2017, além de instâncias colegiadas e mecanismos de participação presentes na organização educacional. A avaliação, contudo, identificou que a escolha das direções escolares não contempla a participação da comunidade por meio de voto direto, conforme previsto especificamente em uma das estratégias do PME. Para o próximo ciclo, a gestão democrática poderá ser analisada de forma mais ampla, considerando não apenas os procedimentos de escolha das equipes diretivas, mas também o fortalecimento dos Conselhos Escolares, do Conselho Municipal de Educação, da participação das famílias e dos estudantes, da autonomia das escolas e dos processos coletivos de elaboração e revisão dos documentos institucionais. A formação continuada dos gestores escolares igualmente permanece como elemento relevante para qualificar esses processos.

O financiamento constitui condição transversal para a implementação das demais políticas educacionais. Embora o indicador nacional da Meta 20, expresso em percentual do PIB, não possa ser diretamente transposto para a realidade municipal, os dados do Espaço do

Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul indicam aplicação de 27,21% das receitas consideradas para fins de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, percentual 2,21 pontos percentuais superior ao mínimo constitucional de 25%. Esse resultado deve ser acompanhado da continuidade dos mecanismos de planejamento orçamentário, transparência, controle social e acompanhamento dos custos educacionais, especialmente diante das demandas relacionadas à expansão da Educação Infantil, à Educação em Tempo Integral, à inclusão, à formação e valorização profissional e à manutenção da infraestrutura da rede.

A avaliação também evidencia a importância de aprimorar os próprios mecanismos de monitoramento das políticas educacionais. Em diferentes metas, a ausência de indicadores municipais atualizados ou suficientemente desagregados limitou a possibilidade de determinar objetivamente o alcance dos resultados previstos. O relatório reconhece essa limitação metodológica e diferencia os resultados efetivamente demonstrados daqueles que não puderam ser aferidos com as informações disponíveis. Para o próximo decênio, a definição prévia de indicadores, fontes, periodicidade de coleta e responsabilidades pelo acompanhamento poderá contribuir para avaliações mais precisas e permitir intervenções durante a vigência do Plano, e não apenas ao seu encerramento.

Diante dos resultados apresentados, o encerramento do PME 2015–2025 deve ser compreendido como parte de um processo contínuo de planejamento. Para a gestão municipal, os dados apontam como prioridades a ampliação do atendimento em creche; a estruturação progressiva da Educação em Tempo Integral; o acompanhamento das aprendizagens e das trajetórias escolares; a continuidade das políticas de alfabetização e inclusão; a adequação da formação docente às áreas de atuação; a ampliação da formação continuada; o acompanhamento da carreira e da valorização profissional; o fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática; e a manutenção de condições adequadas de financiamento, transparência e controle social.

A elaboração do próximo Plano Municipal de Educação oferece, assim, a oportunidade de transformar os resultados desta avaliação em referências para um novo ciclo de políticas públicas. Mais do que reproduzir objetivos estabelecidos nacionalmente, o planejamento para os próximos anos deverá considerar as características da rede municipal, as demandas identificadas no território, a capacidade de atuação da administração pública e as responsabilidades que dependem do regime de colaboração. Essa perspectiva está alinhada à

finalidade atribuída pelo próprio relatório à avaliação: utilizar o percurso de 2015 a 2025 para identificar demandas, ações que necessitam de continuidade e prioridades para o planejamento educacional do decênio seguinte.

6 - FONTE DE COMPROVAÇÃO DOS INDICADORES

- PopVis – Demografia do Estado e dos municípios gaúchos - https://popvis.dee.rs.gov.br/

- IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Abrangência: Estado, Região e Brasil - https://www.ibge.gov.br

- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – Departamento de Economia e Estatística - https://indicadoresmunicipais.planejamento.rs.gov.br

- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Educacenso 2025 - https://educacenso.inep.gov.br/educacenso/

- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2025 - https://basedosdados.org

- QEDU - https://qedu.org.br/

- IMERS – Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul - https://imersvis.dee.rs.gov.br/

- TCE RS – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - https://tcers.tc.br/

- Anuário Brasileiro da Educação Básica - https://anuario.todospelaeducacao.org.br/

- SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/sistemas/siope

7 - ANEXOS